



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Carolina Gonçalves César Santos Martins

**COMO FOI UM MODELO CRIADO PARA UM PAÍS EM
DESENVOLVIMENTO APLICADO NUM PAÍS
DESENVOLVIDO?
O SISTEMA DE MICROCRÉDITO PORTUGUÊS**

VOLUME 1

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Estudos da Paz, Segurança e
Desenvolvimento, orientada pela Professora Doutora Maria Clara Oliveira e
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra**

Julho 2022

Como foi um modelo criado para um país em desenvolvimento
aplicado num país desenvolvido?
O Sistema de Microcrédito Português

Ana Carolina Gonçalves César Santos Martins

*Dissertação no âmbito do Mestrado em Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento,
orientada pela Professora Doutora Maria Clara Oliveira e apresentada à Faculdade de
Economia da Universidade de Coimbra*

Julho 2022

Agradecimentos

Este espaço é dedicado a agradecer, de uma maneira especial, às pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a conclusão desta etapa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Professora Doutora Maria Clara Oliveira, por toda a ajuda e conselhos que contribuíram para a elaboração deste trabalho de investigação.

De seguida, à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e ao Sciences PO Bordeaux por estimularem o interesse e a curiosidade dos alunos e apoiarem sempre as iniciativas levadas a cabo por estes. Sem dúvida alguma que entrei uma menina em 2017 e saio uma Mulher, com conhecimentos mais consolidados.

Queria, também, agradecer à minha mãe e ao meu irmão por terem feito de mim o que sou hoje e por me terem ajudado e apoiado em tudo, de forma incondicional.

Um agradecimento especial ao meu melhor amigo e namorado, Tiago, por ter dito sempre as palavras certas que me ajudaram a concluir esta etapa da minha vida e que serviram de conforto e motivação.

Finalmente, muito obrigada às minhas cinco camaradas que decidiram embarcar comigo nesta epopeia que foi fazer dois mestrados em dois países distintos.

Muito obrigada! Sem vocês não teria sido possível!

Resumo

O microcrédito é um instrumento financeiro criado nos anos 70 do século passado no Bangladesh cujo objetivo era fazer com que as pessoas pudessem sair de situações de pobreza e de exclusão social, concedendo-lhes créditos de pequenos montantes e com taxas de juro abaixo das praticadas pelos bancos tradicionais.

Não tardou até este modelo começar a ser utilizado em muitos países, em desenvolvimento e desenvolvidos.

Esta dissertação procura responder à pergunta “Como foi o microcrédito - um modelo criado num país em desenvolvimento, para um país em desenvolvimento - implementado num país desenvolvido?”. Para responder à questão central desta investigação, utilizou-se o estudo de caso do Sistema de Microcrédito Português. Estudou-se a forma como o microcrédito é, atualmente, utilizado em Portugal, e comparou-se com o modo como este foi desenvolvido no Bangladesh.

Com este estudo, concluiu-se que a forma como o microcrédito é utilizado, hoje em dia, em Portugal, é muito semelhante ao modelo original criado por Yunus. Nomeadamente devido ao facto de os empréstimos concedidos serem montantes de pequeno valor e de o objetivo do programa ser a redução da pobreza e da exclusão da população ao sistema bancário. No entanto, foram identificadas algumas diferenças, tais como o facto de Portugal fazer parte da União Europeia e de este estar sujeito às leis e regulações financeiras europeias; os montantes concedidos serem muito superiores em Portugal do que no Bangladesh; e, finalmente, as instituições de microcrédito que, em Portugal, podem ser instituições bancárias e instituições não-bancárias, enquanto que no Bangladesh são exclusivamente instituições bancárias.

Palavras-chave: Microcrédito; Pobreza; Portugal.

Abstract

Microcredit is a financial instrument created in the 70s of the last century in Bangladesh whose objective was to help people get out of situations of poverty and social exclusion, granting them credits of small amounts and with interest rates below those practiced by the traditional banks.

It did not take long until this model began to be used in many countries, both developing and developed.

This dissertation seeks to answer the question "How was microcredit - a model created in a developing country, for a developing country - implemented in a developed country?". To answer the central question of this investigation, we used the case study of the Portuguese Microcredit System. The way microcredit is currently used in Portugal was studied and compared with the way it was developed in Bangladesh.

With this study, it was concluded that the way microcredit is used today in Portugal is very similar to the original model created by Yunus. Particularly because the loans granted are small amounts and the objective of the program is the reduction of poverty and the exclusion of the population from the banking system. However, some differences were identified, such as the fact that Portugal is part of the European Union and that it is subject to European financial laws and regulations; the amounts granted are much higher in Portugal than in Bangladesh; and, finally, microcredit institutions which, in Portugal, can be banking institutions and non-banking institutions, while in Bangladesh they are exclusively banking institutions.

Keywords: Microcredit; Poverty; Portugal

Índice

<i>Agradecimentos</i>	<i>II</i>
<i>Resumo</i>	<i>III</i>
<i>Abstract</i>	<i>IV</i>
<i>Lista de tabelas</i>	<i>VII</i>
<i>Lista de gráficos</i>	<i>VIII</i>
<i>Lista de siglas, abreviaturas e símbolos</i>	<i>IX</i>
<i>Introdução</i>	<i>1</i>
<i>Capítulo I: A Pobreza: um conceito em constante mudança?</i>	<i>5</i>
1. Desenvolvimento do Conceito de Pobreza	<i>5</i>
2. Causas da pobreza.....	<i>9</i>
3. Dimensões da pobreza.....	<i>12</i>
4. De que modo poderá a Teoria Crítica explicar o surgimento de estratégias inovadoras de combate à pobreza?	<i>14</i>
<i>Capítulo II: Novos instrumentos de financiamento: o Microcrédito</i>	<i>17</i>
1. O conceito de microcrédito e o seu funcionamento	<i>17</i>
2. Contextualização do microcrédito	<i>20</i>
3. Limites do microcrédito.....	<i>22</i>
<i>Capítulo III: Metodologia</i>	<i>25</i>
1. Desenho da investigação: Estudo de Caso	<i>25</i>
2. Recolha de dados	<i>27</i>
3. Análise de dados	<i>28</i>
4. Limitações	<i>29</i>
<i>Capítulo IV: Estudo de caso – O sistema de Microcrédito Português</i>	<i>31</i>
1. A pobreza em Portugal	<i>31</i>
2. O combate à pobreza em Portugal	<i>36</i>

3. A evolução e o funcionamento do Microcrédito em Portugal	39
4. Enquadramento legal do acesso ao microcrédito	43
5. Um instrumento criado num país em desenvolvimento adaptado a um país desenvolvido	45
<i>Conclusão</i>	<i>49</i>
<i>Referências</i>	<i>51</i>

Lista de tabelas

Tabela I: Características Gerais das Linhas de Crédito

Tabela II: Análise comparativa entre o funcionamento do microcrédito no Bangladesh (modelo original) e num país desenvolvido (Portugal)

Lista de gráficos

Gráfico I: Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, Portugal, 2003-2020

Gráfico II: Taxa de risco de pobreza Portugal e NUTS II, 2017 (%)

Gráfico III: Distribuição de rendimento em Portugal nos cenários com e sem crise (em euros)

Lista de siglas, abreviaturas e símbolos

ANDC - Associação Nacional de Direito ao Crédito

CE - Comissão Europeia

CGAP - Consultative Group to Assist the Poor (Grupo Consultor para Apoiar aos Pobres)

ENCP - Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

INE - Instituto Nacional de Estatística

ONG - Organizações Não-Governamentais

PME - Pequenas e Médias Empresas

PIB - Produto Interno Bruto

UE - União Europeia

Introdução

Este trabalho de investigação incidirá sobre o estudo de como é que o microcrédito, um instrumento de financiamento criado num país em desenvolvimento, para os países em desenvolvimento, foi importado para um país desenvolvido. Com efeito, esta dissertação focar-se-á no estudo de caso do funcionamento do sistema de microcrédito português.

Este estudo trará múltiplos contributos ao campo das Relações Internacionais, nomeadamente a análise concreta de um exemplo em que houve um movimento periferia-centro, visto que o microcrédito surgiu num país em desenvolvimento e, atualmente, é utilizado na maioria dos países desenvolvidos (Pinzani, 2012). Procurar-se-á, ainda, analisar o funcionamento do microcrédito em Portugal e como é que este foi implementado. Consequentemente, através do estudo de caso, estaremos em condição de estabelecer uma análise comparativa entre o modelo de microcrédito português e o do Bangladesh, o que contribuirá para chegarmos às principais semelhanças e diferenças entre os dois modelos de microcrédito.

Este trabalho de pesquisa é pertinente e poderá ser um recurso interessante para estudos académicos futuros ou para a área de *policy making*, na medida em que esta investigação poderá servir de base para se estudar e replicar a forma como o microcrédito é utilizado em Portugal, bem como ser um resumo da forma como funciona o microcrédito em Portugal para pessoas que eventualmente queiram postular a este instrumento de financiamento.

Antes de analisarmos o microcrédito, que surgiu numa ótica de atenuação da pobreza no Bangladesh, importa estudarmos este fenómeno que afeta milhões de pessoas no mundo.

A pobreza pode ir além da definição monetária atribuída pelos economistas do Banco Mundial em que esta é analisada única e exclusivamente de um ponto de vista económico e significa viver com menos de 1,90 dólar por dia (Almeida, 2022). Almeida (2022) diz-nos, ainda, que a pobreza tem uma forte componente multidimensional e que, para além da pobreza económica, é necessário ter em consideração outros tipos de pobreza social e subjetiva. Com efeito, de forma a analisar outros tipos de pobreza sem ser a económica, surgiu a necessidade de olhar para este fenómeno de um ponto de vista social. Isto fez com que emergisse o conceito de pobreza existencial, que, segundo Amartya Sen (1997), se estuda através das dimensões subjetivas de pobreza que podem existir. Isto significa que

quando falamos de pobreza existencial, estamos a dizer que todos os seres humanos são diferentes, o que obriga a que se tenha em conta as características e circunstâncias de vida inerentes a cada pessoa quando se está a analisar este fenómeno económico-social, porquanto aquilo que é considerado como sendo pobreza não é igual para toda a gente.

De forma a atenuar estas diferenças sociais, tem existido uma crescente procura de diferentes soluções e mecanismos de combate à pobreza e à exclusão social. Foi neste sentido que Muhammad Yunus criou, nos anos 70, o microcrédito, um instrumento revolucionário que foi pioneiro no mundo, na medida em que foi o primeiro mecanismo que realmente tinha confiança nos mais pobres, concedendo-lhes empréstimos sem qualquer garantia de que estes iam pagar de volta.

Pode-se definir o microcrédito como sendo um contrato de crédito de pequeno montante que visa o apoio a pessoas que não tenham acesso ao crédito bancário (Evers, 2006), mas que pretendam desenvolver uma atividade económica por conta própria. Estes créditos teriam juros mais baixos do que aqueles aplicados aos empréstimos tradicionais.

Através da concessão de créditos de baixos valores, o microcrédito dá a oportunidade às pessoas que se encontram em situações precárias de criar os seus próprios negócios e, em caso de sucesso, saírem da pobreza. No sistema financeiro tradicional, estas pessoas são excluídas pelas instituições de crédito, devido à panóplia de garantias exigidas, o que as impossibilita de beneficiarem do acesso a empréstimos bancários. Com o microcrédito, os mais pobres podem ter o capital e o acompanhamento necessários que as ajudará a sair da pobreza e a ter negócios autossustentáveis. Assim, este instrumento de financiamento foi criado com o objetivo de cumprir três objetivos: reduzir a pobreza; promover a criação e o desenvolvimento de empresas; favorizar o empoderamento das pessoas socialmente mais desfavorecidas (Afonso, 2011). O microcrédito desenvolveu-se, desta forma, à parte do sistema bancário tradicional, fazendo parte de uma esfera que se denomina de microfinanças.

Muhammad Yunus, economista e idealizador do projeto de microcrédito, defendeu que as pessoas com poucos ou nenhuns rendimentos, apesar de não terem forma prática de o comprovar através de garantias, também sabiam respeitar os compromissos estabelecidos e, conseqüentemente, assumir a totalidade do reembolso de um empréstimo concedido (Yunus, 1999).

Com efeito, após verificar o sucesso da sua experiência e de comprovar que, efetivamente, os mais pobres conseguiam pagar os montantes emprestados, Muhamad

Yunus criou, em 1983, o Grameen Bank. O aparecimento deste banco reforçou a ideia que quem beneficiava deste tipo de empréstimos estava em condições de montar o seu próprio negócio e gerar um rendimento, que lhes ia permitir melhorar as suas condições de vida e pagar o empréstimo concedido de volta (Basso, 2010). Segundo um estudo feito por Kono e Takahashi (2009), o Grameen Bank obteve uma taxa de recuperação de empréstimos acima dos 90%, uma taxa superior à de alguns bancos comerciais do mesmo país.

Consequentemente, nos países em que a pobreza era muito acentuada, o microcrédito começou a ser utilizado de forma frequente. Um dos países em que o microcrédito foi e ainda hoje é usado é a Indonésia, através do programa *Unit Desa* do Rakyot Bank da Indonésia, que funciona através de uma rede de unidades bancárias que funcionam como centro de negócios para pessoas com baixos rendimentos (Spoto et al., 2011). Também na América Latina o microcrédito é um instrumento muito utilizado. Um dos exemplos é o Banco Sol na Bolívia que funciona em parceria com a organização *Acción*, uma organização criada em 1961 com o objetivo de combater a pobreza na América Latina e que, atualmente, oferece apoio a programas de microcrédito (Spoto et al., 2011).

Para além de ter sido um instrumento usado nos países do Sul Global, este instrumento de financiamento também foi utilizado no Norte. O microcrédito começou a ser utilizado nos países desenvolvidos a partir da década de 90, onde a sua importância foi sendo cada vez maior, nomeadamente servindo como uma ferramenta de apoio ao desemprego, bem como à exclusão social e financeira. Com efeito, durante a crise económica de 2008, os países da Europa do Sul, que assinalaram um maior aumento no desemprego, registaram um aumento considerável na aplicação do microcrédito (Morón Rodríguez, 2013).

Todavia é importante referir que o modo como o microcrédito foi aplicado não foi o mesmo de maneira universal: houve diferenças consideráveis a notar nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Verifica-se que o facto de haver uma rede bancária mais desenvolvida e com uma regulação legal mais exigente nos países desenvolvidos reduz substancialmente a instalação de instituições de microcrédito nestes países. Isto difere do que acontece nos países em desenvolvimento em que a escassez das redes bancárias contribui para a facilitação da existência de instituições que concedem microcréditos (Hulme, 2008). Na Zona Euro, por exemplo, o Banco Central Europeu, define uma taxa de juro mínima. Isto não se verifica com tanta frequência nos países em desenvolvimento.

Em suma, podemos dizer que o microcrédito foi um instrumento bancário de enorme relevo para a população nos países em desenvolvimento, uma vez que permitiu que os mais pobres não fossem marginalizados e pudessem recorrer a empréstimos bancários para que tivessem a possibilidade de criar os seus próprios negócios, criando os seus próprios rendimentos. Para tal, o microcrédito foi desenvolvido de uma determinada maneira que resultou no Bangladesh. Importa, no entanto, analisar como foi o funcionamento deste instrumento financeiro quando começou também a ser usado nos países desenvolvidos.

Com efeito, tendo em conta as diferenças e semelhanças existentes aquando da aplicação desta ferramenta de combate à pobreza, com esta dissertação, procuraremos responder à questão: De que forma é que um instrumento financeiro criado num país em desenvolvimento para um país em desenvolvimento foi implementado e adaptado a um país desenvolvido, nomeadamente Portugal?

Para responder à questão colocada, será elaborado um estudo de caso em que se comparará o funcionamento do modelo tradicional de Microcrédito – o do Bangladesh-, com o do modelo utilizado atualmente em Portugal. Após a análise de como ambos funcionam, estaremos na condição de estabelecer semelhanças e diferenças entre os dois modelos.

Como o objetivo do microcrédito é atenuar os efeitos da pobreza, numa primeira parte desconstruiremos este conceito, bem como as suas causas e estratégias levadas a cabo ao longo destes anos para atenuar os seus efeitos sobre a população. Numa segunda parte será analisado o que é o microcrédito, de uma forma geral. Finalmente, numa terceira parte, após termos olhado de uma forma geral para os conceitos de pobreza e de microcrédito, estudaremos como é que um instrumento criado num e para um país em desenvolvimento foi aplicado num país desenvolvido. Para tal, será analisado o Sistema de Microcrédito Português e como este tem evoluído ao longo do tempo.

Capítulo I: A Pobreza: um conceito em constante mudança?

A primeira parte deste trabalho de investigação está reservada a fazer um levantamento da literatura já existente relativa ao conceito de pobreza, procurando perceber se existe efetivamente uma definição universal de pobreza ou se este é um conceito subjetivo que depende do tempo e do espaço. Esta análise é importante para esta dissertação, na medida em que estudaremos que a pobreza, podendo ser um conceito espacial e temporal, não vai ser entendida da mesma forma em todos os países, o que significa que as estratégias de combate, ou como as estratégias de combate são aplicadas, varia consoante os países. Ou seja, não existirá uma fórmula universal de combate à pobreza, pelo que cada modelo deverá ser adaptado às realidades distintas existentes em cada país.

Posteriormente, serão vistas as causas da pobreza, bem como as estratégias já existentes no mundo, com ênfase nos países desenvolvidos, de combate à pobreza, de forma a ver o que está a ser feito para reduzir a pobreza nos países do Norte Global.

Finalmente, tendo por base a Teoria Crítica das Relações Internacionais, será analisada a forma como as mudanças no mundo propiciam o aparecimento de formas inovadoras de combate às desigualdades sociais - como é o caso do microcrédito - que contribuem para melhorar o bem-estar da população, reduzindo a pobreza.

1. Desenvolvimento do Conceito de Pobreza

Olhar para o conceito de pobreza é extremamente importante, uma vez que estudarmos as evoluções deste termo pode ajudar-nos a perceber a forma como este é visto hoje em dia, numa determinada região do globo.

A pobreza é um problema social que pode ser entendido de forma objetiva e sentido de forma subjetiva. Historicamente, este problema começou aquando da formação inicial da sociedade humana, que sempre foi muito estratificada em ricos e pobres (por exemplo, com os escravos e com os donos de escravos).

Pode-se dizer que as mudanças económicas, sociais e políticas tiveram uma influência direta na evolução terminológica e conceptual da pobreza. Nesta perspetiva, Lister (2004) diz-nos que o conceito de pobreza é um conceito histórico mutável ao longo do tempo, que

tem tendência a evoluir. Na Era Pré-Industrial, a noção popular de pobreza era que esta “era a ordem natural dos acontecimentos” ou “a vontade de Deus” (Giddens, 1981).

No século XX, surgiram duas visões distintas que procuraram explicar as posições social e económica dos mais pobres: a primeira defende que os mais desfavorecidos são socialmente responsáveis pelo seu estatuto, quer isto dizer que são pobres devido a serem preguiçosos e desprovidos de inteligência; a segunda está ligada à estrutura socioeconómica da sociedade, na medida em que a pobreza acontece devido à distribuição dos recursos económicos e das oportunidades sociais de forma desigual, o que faz com que este seja um problema coletivo, na medida em que não é algo que influencie somente o indivíduo, mas a sociedade em geral devido às implicações sociais, económicas e políticas (Fernandes, 2012).

Importa, porém, dizer que, independentemente de haver correntes que defendem que a pobreza tem uma dimensão monetária e que, portanto, esta equivale à falta de dinheiro, pobreza, segundo Almeida (2022), vai além disso. Este conceito pode estar relacionado com a falta de acesso a cuidados e serviços básicos, como, por exemplo, comida, educação e saúde. Haralambos (1980) e Giddens (1981) definem pobreza como sendo a privação dos *standards* básicos de vida. Haralambos (1980) vai mais longe e divide pobreza em “absoluta”, “relativa” e “subjativa”. A pobreza absoluta é uma “condição caracterizada por uma privação severa de necessidades humanas básicas, incluindo comida, saúde, habitação, educação e informação” (Capucha, 2005). Esta é muitas vezes avaliada através daquilo que é entendido como sendo o valor mínimo de subsistência para viver uma vida digna. Ou seja, de um ponto de vista económico, para a Organização das Nações Unidas (2022) é viver com menos de 1,90 dólar por dia; enquanto que outras organizações – como a Just a Change ou a Assistência Médica Internacional (AMI) - que trabalham diretamente no terreno, com pessoas mais desfavorecidas, defendem que pobreza é também a falta de acesso a uma habitação digna ou a cuidados básicos de saúde (Lacsko, 2019).

O problema que surge com a definição de “pobreza absoluta” é que muitas vezes as sociedades divergem em cultura e em estruturação, o que faz com que esta definição de “condições mínimas” seja muito subjativa. Aparece, deste modo, o conceito de “pobreza relativa”. A pobreza relativa é, segundo Pereirinha et. al. (2008), a dificuldade em viver de acordo com o padrão de vida dominante. No conceito de pobreza relativa, a desigualdade é o critério decisivo, ou seja, os indivíduos “encontram-se excluídos dos padrões de vida e dos mecanismos de participação social tidos como minimamente aceitáveis em cada sociedade

concreta” (Capucha, 2005). Isto quer dizer que a pobreza é “culturalmente definida” (Giddens, 2010), ou seja, aquilo que numa determinada sociedade pode ser considerado um bem ou serviço essencial, noutra pode ser entendido como supérfluo. As necessidades vão, assim, variando à medida que as sociedades se vão desenvolvendo: aquilo que outrora foi considerado um privilégio das famílias mais favorecidas, faz, atualmente, parte das necessidades de uma vida plena e ativa para qualquer cidadão. Alguns avanços tecnológicos como o telemóvel, o computador ou até mesmo um automóvel, quando surgiram, estavam somente ao alcance de uma minoria da população. Contudo, com o passar do tempo, foram-se tornando numa necessidade para grande parte dos cidadãos. Todavia, existe a dificuldade de haver um consenso entre os membros da sociedade de “*standards* aceitáveis”, o que faz com que a pobreza relativa seja difícil de definir.

O último conceito é o de pobreza subjetiva, que diz respeito aos sentimentos próprios de um indivíduo ou de um conjunto de indivíduos em relação ao “ser pobre”. Contrariamente às dimensões anteriores, a pobreza não é medida em relação ao salário ou aos *standards* de vida, mas sim através do sentimento do indivíduo em sentir-se realizado. A questão que reside nesta dimensão não é o indivíduo querer ser rico, mas sim viver uma vida de qualidade embora tendo uma quantidade de recursos limitada. Em suma, é o sentimento de se sentir satisfeito e realizado mesmo estando numa situação que pode ser vista para alguns como pobreza (Crespo, 2002).

Além das que já vimos, existem formas adicionais de entender pobreza. Galbraith (2006) identificou duas dimensões que ele denomina de “nova pobreza”, que para ele é aquela que existe atualmente nos Estados Unidos da América, onde não existem fenómenos de pobreza extrema, mas sim casos pontuais de pessoas que são excluídas do sistema. Assim, Galbraith defende que existem a “*case and insular poverty*”. A “*case poverty*” está relacionada com deformações mentais e físicas que fazem com que as pessoas afetadas sejam excluídas de atividades geradoras de rendimentos, não sendo economicamente produtivas. Quer isto dizer que as pessoas que sofrem de uma deficiência física crónica ou de uma doença mental são mais propensas a ser pobres visto que têm menos hipótese de ser empregadas, admitidas numa universidade ou até de abrir os seus próprios negócios.

Por sua vez, a “*insular poverty*” surge quando uma determinada secção da população se torna “economicamente obsoleta”, o que acontece devido aos avanços tecnológicos. As pessoas que faziam trabalhos que se tornaram obsoletos com a evolução tecnológica têm

uma propensão maior à pobreza. Um exemplo da “*insular poverty*” é os trabalhadores que trabalhavam nas portagens da Via Verde e que, neste momento, foram substituídos por máquinas de pagamento automático.

Podemos, deste modo, inferir que “a pobreza não só pode ser definida de diversos modos, mas pode, também, ser vista segundo diversas perspetivas” (Bruto da Costa et al., 2008). Uma vez que esta noção se manifesta em dimensões extremamente subjetivas e distintas, chegou-se à conclusão de que, de forma a implementar políticas públicas, tínhamos que pensar na pobreza para além da privação monetária dos indivíduos. Assim, a pobreza pode ser entendida como sendo um fenómeno multidimensional.

Com efeito, o conceito de pobreza multidimensional surgiu nos anos 80. Esta nova definição procura englobar todos os tipos de privações dos indivíduos de um ponto de vista social, económico e político. Amartya Sen (1997; 2007), por exemplo, afirma que o processo de expansão das liberdades é elemento fundamental para redução da pobreza e para a fomentação do desenvolvimento, o que indica que se os indivíduos tiverem mais ajudas económico-sociais, mais desenvolvimento tecnológico ou maior industrialização nas sociedades poderão mais facilmente ter estas liberdades, que, para Sen (1999), são as possibilidades de as pessoas viverem a vida como querem viver, e não como são obrigadas devido à sociedade e às condições sociais. Ou seja, liberdade corresponde a poder de decisão e de ação e contribui ativamente para a redução da pobreza. Muitas vezes, devido à exclusão social e à falta de acesso, por exemplo, a créditos bancários, as pessoas veem-se privadas da sua liberdade de ação e de decisão, o que pode contribuir a que elas se mantenham na pobreza. O microcrédito contribui justamente para ajudar a dar esta liberdade às pessoas.

Ancorado no trabalho de Amartya Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que surgiu no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é um índice que inclui a expectativa de vida, a educação e os indicadores de renda per capita. Estes fatores em conjunto têm o objetivo de desviar o foco do desenvolvimento da parte económica, focando-se nas pessoas. Assim, o IDH classifica os países no mundo em diferentes níveis de desenvolvimento humano. Assim, podemos considerar que pobreza e desenvolvimento são dois lados da mesma moeda. O conceito de desenvolvimento é bastante complexo, pela sua dificuldade de definição e também pela dificuldade de medida, no entanto não pode ser separado do conceito de pobreza. Isto é evidente através do IDH que é um índice que mede o desenvolvimento como sendo um indicador de pobreza.

Tendo em conta esta dimensão multidimensional da pobreza referida, é aceite pelos membros da ONU que as políticas públicas de redução da pobreza devem ter em conta esta perspetiva multidimensional. É justamente devido a isto que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) incluem explicitamente um objetivo de redução da pobreza multidimensional “Até 2030 reduzir pelo menos para metade a proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades a viver em situação de pobreza seja qual for a dimensão, de acordo com as definições nacionais”. De forma a ajudar a medir o progresso desta medida, surgiu o Indicador de Pobreza Multidimensional que ajuda a monitorizar o progresso no cumprimento deste ODS, para além de ajudar a compreender quem é pobre e como é pobre. Também os Objetivos do Milénio estabelecidos pela ONU previam esta dimensão da pobreza, visto que o primeiro foi justamente “Erradicar a pobreza extrema e a fome”, no qual os 189 Estados-Membros da ONU se comprometia até 2015 a reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento era inferior a 1 dólar por dia.

Importa, deste modo, perceber quais os fatores que impulsionam as situações de pobreza no mundo. Assim, de seguida, debruçar-nos-emos sobre as causas da pobreza.

2. Causas da pobreza

As sucessivas tentativas de identificar, conceptualizar e medir a pobreza têm sido uma preocupação primordial para os políticos e para os economistas. Thomas Robert Malthus (1798), no século XVIII, afirmou que a “explosão da população” iria culminar numa fome generalizada. Para chegar a esta conclusão, Malthus fez uma análise aritmética que relacionava o rácio de produção de comida e o crescimento populacional. Quer isto dizer que não estava a haver produção suficiente para a quantidade de pessoas a nascer todos os dias. Apesar de esta análise ter sido considerada alarmista e muito pessimista, Ehrlich (1968), dois séculos mais tarde, reutilizou esta definição para afirmar que milhões de pessoas iam morrer à fome nos anos 70 do mesmo século. Entre 1970 e 2022 passaram mais de 50 anos e a fome continua a ser um problema muito presente na civilização. A socióloga Ariadna Moreira (2021) defende que esta está relacionada com a desigualdade social, o que fomenta fenómenos de pobreza.

Importa, desta forma, entender o que contribui para o aumento da pobreza. Algumas causas que contribuem para o aumento da pobreza acentuada no mundo são, por exemplo,

baixo crescimento económico, falhas nas políticas macroeconómicas em vigor, fatores demográficos, baixo nível de desenvolvimento humano e financeiro, corrupção e falhas no sistema judicial (Moreira et al., 2011). Dollar e Kraay (2002) defendem que as diferenças no crescimento económico são fortemente responsáveis pelas disparidades existentes nas diferentes regiões do planeta, ao nível da pobreza. Quer isto dizer que iniciativas que aumentam os rácios de crescimento económico podem, eventualmente, ajudar na luta contra a pobreza. Adicionalmente, Niskanen e Thorbecke (2007) afirmam que a globalização fomenta o aumento da pobreza através do crescimento da desigualdade e da migração.

Como vimos anteriormente, apesar de não ser difícil compreender a pobreza, este é um fenómeno que é visto e definido de formas muito variadas para pessoas distintas. Esta dificuldade implicou a que surgisse uma vastidão de critérios utilizados para conceptualizar a pobreza. Rein (1970) identificou três conceitos de pobreza que englobam a maioria das dificuldades existentes aquando da análise deste fenómeno: subsistência, desigualdade e externalidade. A subsistência é “as condições mínimas necessárias para manter a capacidade de trabalho e a saúde” (Rein, 1970). A desigualdade, por sua vez, está relacionada com a posição relativa dos indivíduos uns em relação aos outros a nível salarial. Finalmente, a externalidade é definida com sendo as “consequências sociais da pobreza para a sociedade em geral e não de acordo com as necessidades dos mais pobres” (Rein, 1970). Por outras palavras, não é a miséria, mas o custo para a parte mais favorecida da comunidade que é crucial para esta visão de externalidades.

Blackwood e Lynch (1994) identificaram os pobres ao usar o critério do nível de despesa aquando do consumo, enquanto que para o Banco Mundial (1996) os pobres são aqueles que não têm recursos suficientes para satisfazer necessidades básicas como comida, vestuário, ou habitação.

Ao revermos diferentes formas de conceitualização da pobreza, chegamos a vários estudos empíricos que estabelecem uma ligação entre a pobreza e indicadores sociais como a fertilidade. Birdsall et al. (2001) estudaram a relação entre a demografia e a pobreza. Numa amostra de 45 países em desenvolvimento existe efetivamente uma correlação entre a alta fertilidade e o nível de pobreza. O estudo afirma que uma redução de 5% na média de nascimentos dos países iria reduzir a incidência de pobreza de 18,9% nos anos 80 para 12,6% nos anos 90. Contudo, Anand e Morduch (1996) defendem que esta correlação entre tamanho do agregado familiar e índice de pobreza não é assim tão clara, porquanto tal como Birdsall

et al. (2001) afirmam, muitos filhos em agregados familiares mais desfavorecidos pode indicar um esforço no presente devido aos custos elevados de ter filhos, para se ter maior segurança financeira no futuro quando estas pessoas estiverem a trabalhar e a ajudar os pais financeiramente.

Com efeito, é importante procurar perceber o porquê de os fenómenos de pobreza existirem. Com o intuito de responder a esta questão, Feagin (1972) aplicou a Teoria das Atribuições para categorizar as atitudes para com a pobreza em três dimensões: atribuição individualista da pobreza, que culpa a própria pessoa da sua pobreza; atribuição fatalista, que atribui como causa da pobreza o azar; atribuição estrutural da pobreza, que responsabiliza a própria sociedade ou fatores estruturais (políticos, económicos, culturais) como causa da pobreza. Na perspetiva individualista, pode considerar-se, por exemplo, a incursão em vícios como as drogas e o álcool, a preguiça, pouco empenho para ultrapassar os obstáculos ou, ainda, a falta de inteligência (Cozzarelli et al., 2002). Por outro lado, a perspetiva estrutural atribui como causa da pobreza o sistema social, e considera que os mais desfavorecidos estão numa posição desvantajosa em relação ao resto das pessoas e, por isso, é a sociedade que não permite que prossigam os estudos, que não lhes dá emprego ou que lhes atribui salários baixos, que não lhes dá ajudas sociais ou que os discrimina (Reutter et al., 2009). Finalmente, a perspetiva fatalista confere como causas da pobreza o azar ou o destino, como por exemplo o facto de os pobres sofrerem de alguma doença/incapacidade que determinou o seu futuro.

De modo geral, a literatura sobre pobreza tem-se dedicado a estudar este fenómeno, tendo a investigação acerca das causas da pobreza sido negligenciada (Niemelä, 2008). Contudo, para além das dimensões já vistas, outros estudos que surgiram mais tarde sugerem uma outra classificação das causas da pobreza, através da integração de duas dimensões: Individual vs Estrutural e Culpa vs Fatalismo (Niemelä, 2008; Kreidl, 2000). Deste modo, para esta abordagem, a pobreza pode ser vista como o resultado de fatores externos e inevitáveis que se processam à parte de qualquer ator social ou, contrariamente, a pobreza pode ser entendida como consequência de ações e comportamentos (intencionais ou não) específicos de determinados indivíduos ou grupos. O primeiro ponto de vista pode ser considerado como fatalista e o segundo como culpa e ambos podem ser ao nível individual ou social: a combinação destas duas dimensões gera diferentes perspetivas de perceção de pobreza (Halman e van Oorschot, 2000).

É importante entendermos que não existe uma só causa da pobreza, mas sim uma combinação de diversos fatores complexos que contribuem para a pobreza e que incluem baixo crescimento económico, políticas estatais desadequadas, taxas elevadas de desemprego, salários baixos e um défice no desenvolvimento de recursos humanos. Todavia, segundo Reutter et al. (2009) existem fatores que propiciam a tendência à pobreza:

1. Fatores naturais como o clima ou a aproximação de reservas de ouro/de petróleo, que propiciam a riqueza na medida em que isto cria uma oportunidade de negócio e de exportação.
2. Fatores geográficos como o acesso a água ou a terras férteis.
3. Nutrição insuficiente, que pode levar a problemas económicos e a mortes prematuras, devido à falta de nutrientes.
4. Doenças como o Vírus de Imunodeficiência Humana (VIH), que leva à SIDA, a malária, a tuberculose, etc.
5. Corrupção e pouco investimento estatal em medidas sociais, como o acesso universal gratuito à saúde e à educação.
6. Guerras.
7. Exploração dos pobres pelos ricos devido ao acesso a cargos políticos de poder e a uma posição económica privilegiada.
8. Sobrepopulação e falta de acesso a métodos contraceptivos.
9. Fatores históricos como o imperialismo.

Podemos, deste modo, verificar que existem diversos fatores que podem acentuar a pobreza em certos países. Assim, é importante debruçarmo-nos sobre as causas da pobreza, de forma a compreender quais os fenómenos que se verificam no mundo. Ao analisarmos estas causas, estaremos na condição de apurar quais aquelas que também sucedem em Portugal.

3. Dimensões da pobreza

Após a análise do conceito de pobreza e das causas, é importante analisar as dimensões da pobreza. Só depois estaremos na condição de compreender se o microcrédito é uma ferramenta que vem dar resposta às dimensões da pobreza.

A pobreza tem várias dimensões. Estas dependem da cultura, do ambiente e das condições socioeconômicas e políticas que os seres humanos enfrentam. A dimensão econômica da pobreza refere-se a uma situação de rendimento inadequado. De acordo com Kreidl (2000), as pessoas são consideradas pobres quando o seu *standard* de vida em termos de rendimentos ou de consumo está abaixo da linha de pobreza.

A nível político, os pobres são muitas vezes marginalizados. A ideia de que estão no patamar mais baixo da pirâmide social faz com que não tenham voz política ativa, pois são invisíveis para a aqueles mais acima na hierarquia social. Também a nível coletivo, os pobres muitas vezes são ostracizados porque estão desempregados ou têm uma literacia muito baixa ou inexistente. Isto faz com que sejam excluídos de partidos políticos, sindicatos ou até órgãos corporativos (Gonçalves, 2015).

Ao nível da saúde, os mais pobres são os mais negligenciados. Para Halman e van Oorschot (2000), as condições materiais de uma pessoa têm impacto considerável na sua saúde e na qualidade de vida em geral. Isto contribui para que as pessoas mais pobres morram mais cedo do que as mais ricas, visto que têm maior tendência a sofrer de doenças fulminantes e crónicas e têm acesso a cuidados de saúde piores ao longo da vida.

Existem, também, preocupações crescentes em relação à dimensão da pobreza ligada à raça e ao género. Em sociedades multirraciais, o acesso a oportunidades e à riqueza está distribuído de forma desigual: neste tipo de sociedades, existem mais negros pobres do que brancos; eles são mais iletrados e têm acesso a menos privilégios do que os brancos. Igualmente, também em sociedades patriarcais, mais mulheres estão na pobreza do que homens, na medida em que a sua tarefa nestas comunidades é maioritariamente numa esfera doméstica, sem independência socioeconómica. Por outro lado, os homens envolvem-se em atividades geradoras de capital e têm a oportunidade de ir para a escola receber uma educação. Em suma, as mulheres são um grupo vulnerável de tendência à pobreza visto que têm uma menor liberdade de escolha (Gonçalves, 2015).

Todas estas injustiças sociais levaram a que houvesse movimentos reacionários que visavam despertar consciências para que houvesse mudanças nomeadamente na redução da pobreza.

4. De que modo poderá a Teoria Crítica explicar o surgimento de estratégias inovadoras de combate à pobreza?

Como vimos anteriormente, a pobreza é um fenómeno que existe desde sempre, mas que só começou a ser estudado a partir do século XVIII. A partir desta altura, os decisores dos países mais desenvolvidos começaram a levar a cabo medidas sociais que contribuíssem para a redução das desigualdades sociais. Para isso, começou a haver a preocupação de distribuir a riqueza de forma mais homogénea, de forma a reduzir as discrepâncias existentes nas sociedades.

A Teoria Crítica das Relações Internacionais explica justamente o fenómeno de criação de instrumentos que visam a redução das desigualdades sociais, uma vez que está ligada às abordagens marxistas. A Teoria Crítica procura, desta forma, olhar para a sociedade através de uma visão reacionária. Para Tilo Wesche (2009), a génese de cada crítica e consequente reação está, justamente, no facto de analisar uma realidade que não deveria existir. Isto quer dizer que a injustiça provoca reação. Para Renault (2004), as pessoas que sofrem com esta injustiça têm um conhecimento privilegiado, na medida em que a conhecem melhor do que qualquer pessoa que se limite a observá-la. O problema que surge é que, segundo Ackerly (2000), as pessoas que normalmente sofrem com as injustiças sociais como a pobreza, frequentemente, não têm noção de que estão a ser vítimas destas injustiças, logo não acham que tenham sido tratadas de forma injusta.

A dimensão crítica desta teoria está presente sempre que um indivíduo ou grupo de indivíduos denuncia uma forma de injustiça, de supressão de direitos ou de negação de autonomia e liberdade humana, e luta pela sua emancipação. Em suma, a teoria crítica parte de uma escolha normativa que implica pensar em soluções alternativas e emancipadoras face aos constrangimentos de liberdade e justiça da ordem dominante e que começa na própria produção do conhecimento e das teorias (Mendes, 2019).

Não assumindo o mundo presente como natural e imutável, a teoria crítica defende que o mundo como o conhecemos é, acima de tudo, o resultado de um processo histórico dinâmico. Esta teoria defende que o egoísmo, as desigualdades e inseguranças não são naturais, mas sim produto de um processo histórico que evolui, havendo uma luta permanente entre forças conservadoras, que defendem a continuidade e forças progressistas, que defendem a mudança.

Robert Cox (1977) defende que não basta explicar o mundo, mas é preciso, acima de tudo, mudá-lo. Analisando a partir da teoria crítica, é nesta perspectiva de mudar o mundo e fazer aparecer instrumentos emancipadores dos indivíduos que surgiram instrumentos financeiros que queriam dar o poder aos mais desfavorecidos que muitas vezes são negligenciados e excluídos da sociedade e não têm opinião pública.

Deste modo, um dos principais papéis da teoria crítica é o facto de denunciar a falta de voz dada às pessoas mais pobres que, efetivamente, vivem na pobreza e que sabem o que é pobreza. A maioria das decisões são tomadas por membros dos governos que nunca viveram pobreza na primeira pessoa.

Isto verifica-se também nos programas de apoio ao desenvolvimento nos quais existia maioritariamente um movimento centro-periferia, em que as políticas públicas eram pensadas nos países desenvolvidos e aplicadas nos países em desenvolvimento, não sendo dada voz às pessoas dos países em desenvolvimento acerca das suas verdadeiras necessidades (Pinzani, 2012). O que acontecia era que os países desenvolvidos implementavam aquilo que achavam ser melhor para os países em desenvolvimento.

Todavia, com a crescente preocupação com a pobreza, os próprios países em desenvolvimento começaram a criar mecanismos de combate à pobreza, mais direcionados para os seus casos e para as suas populações. Assim, com o surgimento de ideias inovadoras nestes países, houve uma inversão de movimentos da periferia para o centro, que começou a usar ideias desenvolvidas nestes países. Um desses casos é o microcrédito.

Com efeito, podemos considerar que aos olhos da teoria crítica houve um conjunto de movimentos reacionários no Bangladesh que fizeram com que o microcrédito surgisse. É, no entanto, importante referir que as forças reacionárias que contribuíram para que houvesse a criação desta ferramenta de financiamento nesse país em desenvolvimento não são as mesmas que fizeram com que o mesmo mecanismo surgisse em Portugal. Assim, aos olhos da teoria crítica, o microcrédito surgiu, devido a movimentos que queriam denunciar a exclusão social e a desigualdade em Portugal, mas pode não ter sido implementado da mesma forma em ambos os países, na medida em que veio dar resposta às falhas denunciadas pelo movimento reacionário português. A essência do programa foi a mesma, mas a forma como este foi aplicado não.

Capítulo II: Novos instrumentos de financiamento: o Microcrédito

A segunda parte deste trabalho de investigação tem como objetivo principal analisar a literatura existente relativamente às microfinanças, analisando em maior detalhe o microcrédito e o seu funcionamento. Posteriormente, tentaremos perceber de que forma e o porquê de o microcrédito – um instrumento criado num país em desenvolvimento – ter sido importado para os países desenvolvidos. Finalmente, serão revistos os limites do microcrédito, nomeadamente através da análise das críticas existentes a esta forma de financiamento.

1. O conceito de microcrédito e o seu funcionamento

As microfinanças incluem vários serviços bancários, tais como empréstimos, contas-poupança, seguros e serviços de transferência de valores monetários a pessoas pobres sem acesso a bancos comerciais. Dos serviços providenciados pelas microfinanças, o microcrédito é o mais comum. Este tem visto os seus serviços crescerem de forma rápida e espalhada por (quase) todo o mundo, o que implica um número crescente de prestadores deste serviço no mundo. A melhor forma de ajudar os mais pobres é ao oferecer uma rede vasta de serviços que responda às necessidades específicas de cada cliente (CGAP, 2002).

Desde que a revolução das microfinanças começou, nos anos 70, várias têm sido as instituições responsáveis por providenciar este tipo de serviços. No início, estas instituições eram maioritariamente Organizações Não-Governamentais (ONGs) que emprestavam dinheiro a pessoas mais desfavorecidas. Em troca, as pessoas, ao gerarem dinheiro, pagavam os empréstimos com taxas de juro mais baixas. O foco do programa passou de encontrar clientes que cumprissem os critérios definidos para os produtos existentes, de forma a diversificar os programas existentes, para que os serviços financeiros oferecidos fossem ao encontro das necessidades dos clientes (Milana & Ashta, 2012). Foi aqui que surgiu o microcrédito: um instrumento que fez sucesso internacional ao contribuir para a redução da pobreza. Assim sendo, importa perceber como funciona o projeto original do microcrédito.

Este instrumento de financiamento foi criado por Muhamad Yunus, no Bangladesh, em 1977, e tinha como objetivo principal dar ajuda a empreendedores que se

encontrassem numa situação de pobreza extrema. Estes trabalhadores por conta-própria, ao não terem acesso ao sistema de concessão de créditos clássico, acabavam por se sujeitar às taxas altíssimas cobradas no mercado negro. Yunus (2006) defende que, nestas condições, era fácil contribuir para que a situação de pobreza das pessoas se agravasse.

Os montantes de que os empreendedores necessitavam para ter liquidez e não pagarem juros absurdos eram baixos (Yunus, 2006). Assim, enquanto era professor de Economia na Universidade de Chittagong (Bangladesh), Yunus teve a sua primeira experiência de concessão de empréstimo, ao emprestar menos de 27 dólares a um grupo de 42 pessoas (cerca de 64 cêntimos a cada). O combinado foi que estas 42 pessoas lhe iriam pagar assim que tivessem condições, o que acabou por acontecer.

Ao ver o sucesso da sua experiência, Muhamad Yunus criou o Grameen Bank e uma forma de concessão de créditos – o microcrédito-, que difere do crédito bancário clássico ao não exigir quaisquer garantias aquando da sua concessão. Por conseguinte, o banco tinha como principal objetivo conceder empréstimos aos mais pobres sem as burocracias do sistema financeiro tradicional e com taxas de juro mais baixas. O Grameen Bank evidencia que a sua missão é “ao oferecer um serviço financeiro menos restrito, estão reunidas as condições para empoderar os mais pobres, para que estes se apercebam do seu potencial, e consigam sair do círculo vicioso da pobreza” (Grameen Bank, 2020). Assim, o microcrédito, ao ajudar as pessoas mais pobres a desenvolver os seus negócios e a serem mais produtivas, contribui, igualmente, a que o próprio país beneficie, uma vez que um aumento da produtividade levará a um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) desse país.

Barone et al. (2002) definem o microcrédito como sendo a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias. É um crédito destinado à produção (cashflow e investimento) e é concedido através da sua metodologia específica, que consiste na confiança nos microempreendedores e nas concessões de empréstimos em grupo que se crê serem mais facilmente pagos, uma vez que o pagamento devido com juros recaía sobre a responsabilidade social e todos os intervenientes do crédito eram igualmente responsáveis por ele. Isto quer dizer que se um deixasse de pagar, os outros tinham a obrigação de assegurar o pagamento na íntegra.

Ray (1998) defende que por trás do sucesso do Grameen Bank, em relação à taxa de recuperação de empréstimos, está o facto de se formarem grupos somente com

pessoas que o banco considere fiáveis e que honrarão o pagamento dos montantes devidos. Para Yunus (2006), esta metodologia aumenta a confiança dos requerentes de créditos, o que desenvolve o sentimento de ajuda mútua e de respeito.

Para além disso, surgiram as instituições de microfinanças que acompanham de perto os beneficiários dos microcréditos no lançamento dos seus projetos, de forma a assegurar a solvabilidade a longo termos destes projetos financiados. A solvabilidade é a capacidade das pessoas que recorrem ao microcrédito de reembolsar os empréstimos concedidos pelo Grameen Bank (Gurérin et al., 2009).

Todavia, para sua segurança, o Banco desenvolveu um Fundo Mútuo com o valor de 5% de cada empréstimo. Este é usado para auxiliar clientes em caso de emergência e é gerido pelos titulares dos créditos, o que lhes dá bastante experiência de gestão financeira.

Yunus (2006) diz que cerca de 98% dos empréstimos contraídos no banco eram pagos na totalidade, com esta metodologia desenvolvida. Assim, podemos afirmar que o sistema de microcrédito original se mostrou eficaz na recuperação dos empréstimos concedidos, não excluindo os mais pobres, mas sim aquelas pessoas que não pagavam a tempo e horas.

Manos (2006) destaca algumas das características do modelo original de microcrédito, criado pelo Grameen Bank, nomeadamente a orientação para microempresários; concessão de montantes de pequeno valor; criação de um fundo mútuo para emergências; preocupação com o ensino de literacia financeira, principalmente através da realização de cursos de capacitação para microempreendedores; empréstimos concedidos a grupos e não pessoas; acompanhamento próximo pelas instituições de microfinanças e pelos agentes de crédito; pagamentos semanais; não exigência de garantias; taxa elevada de recuperação dos empréstimos; mulheres têm uma prioridade central no acesso a estes empréstimos.

Importa, desta forma, compreendermos qual o contexto que contribuiu para o aparecimento do microcrédito, analisando, para isso, o que fomentou a criação de uma forma de crédito que beneficia única e exclusivamente os mais pobres.

2. Contextualização do microcrédito

O microcrédito foi um instrumento que teve origem num país em desenvolvimento – o Bangladesh – e que teve muito sucesso neste país. Com a atribuição do Prémio Nobel da Paz, em 2006, a Muhammad Yunus e ao Grameen Bank, a comunidade internacional rapidamente se apercebeu de que este era um modelo interessante para ser replicado em diversos países, de forma a atenuar os efeitos da pobreza sobre estes, e, conseqüentemente, melhorar o bem-estar da população.

Deste modo, começou-se gradualmente a ver que o modelo sobre o qual o microcrédito foi construído seria capaz de resolver algumas falhas de mercado, tal como a disparidade populacional no acesso aos créditos (Manos, 2006). Assim, nos anos 80, o modelo do microcrédito espalhou-se para os países em desenvolvimento, na Ásia, porquanto este mostrou ser um modelo eficaz e útil para ajudar as suas populações e diminuir as diferenças sociais, e até mesmo ajudar com a redução da pobreza (Santos, 2010). Nos anos 90, este modelo passou a ser usado nos países desenvolvidos, com a mesma finalidade.

Conseqüentemente, importa analisar quem recorre ao microcrédito. As pessoas que pedem estes empréstimos são pessoas pobres com baixos rendimentos que não conseguem aceder ao mercado financeiro clássico. São muitas vezes pessoas que trabalham por conta própria e cuja empresa tem sede a própria casa (Microfinance Gateway, 2013). Os programas de microcrédito são frequentemente criticados pelas suas taxas de juro elevadas. Contudo, a ascensão de instituições de microcrédito orientadas para o lucro contribuiu para o aparecimento de mais instituições financeiras e para uma maior competição no mercado entre elas, o que levou a uma diminuição das taxas de juro, inclusive no mercado financeiro clássico (Campbell, 2010). O microcrédito em si não faz com que os pobres saiam da pobreza, mas dá-lhes a possibilidade económico-financeira de o fazer. De acordo com o CGAP (2002), o microcrédito é apropriado quando está já a decorrer uma atividade económica, visto que o cliente necessita ter garantias de que consegue fazer o pagamento do empréstimo e as instituições financeiras de que o seu programa é sustentável. Com efeito, o microcrédito dá uma segurança aos clientes ao nível da gestão de riscos, na medida em que estes ficam com a possibilidade de ter capital no caso de haver despesas acima do previsto no futuro (CGAP, 2002).

Importa referir que ainda que o microcrédito tenha surgido numa lógica não liberal, na medida em que é um instrumento de “financiamento alternativo e solidário” (Abramovay, 2007), este tem como condição necessária a lógica empreendedora presente no liberalismo.

O microcrédito, tal como defendido por Yunus, serve para ajudar as pessoas mais desfavorecidas, sendo uma alternativa para aquelas que não têm acesso ao mercado financeiro clássico. Com efeito, a luta contra a exclusão bancária que afeta milhares de pessoas faz-se com base num modelo de luta por direitos fundamentais como o direito ao crédito e à iniciativa económica. Quer isto dizer que o microcrédito efetivamente tem como objetivo lutar contra a pobreza, mas sem se afastar de uma lógica de incitação ao empreendedorismo. Para Muhammad Yunus, o microcrédito baseia-se no princípio de que “todos os pobres nascem empreendedores” e, portanto, é suficiente dar-lhes os meios financeiros necessários para que gerem “autoempregos” capazes de os fazer sair do círculo vicioso da pobreza. Todavia, este princípio de ver “um empreendedor em cada pobre não corresponde necessariamente à realidade” (Duflo, 2010), na medida em que não é porque um indivíduo recorre ao microcrédito que este lhe será útil. Tanto os pobres como os ricos encontram inúmeros obstáculos que os impedem de fazer poupanças, entre os quais as imprevisões temporais (ex. guerras, inflação), e a própria dificuldade de literacia económico-financeira (Duflo, 2010).

Se nos debruçarmos sobre a finalidade dos empréstimos concedidos, os estudos feitos em relação ao microcrédito demonstram a dificuldade de avaliar se este é, ou não, um investimento produtivo, visto que os fundos emprestados são usados em dois tipos de despesas, as despesas de consumo e as despesas de investimento. Com efeito, Michel Lelart (2005) realça a dificuldade de avaliar o impacto positivo ou negativo deste tipo de empréstimos bancários, visto que “não é fácil distinguir entre as despesas que são produtivas e as que não são – ou que são menos”. Esther Duflo (2010) vai mais longe e defende que em 6 empréstimos que advêm do microcrédito, somente 1 leva, efetivamente, à criação de uma nova atividade. Isto deve-se, muitas vezes, pela falta de conhecimentos de gestão.

3. Limites do microcrédito

Como vimos anteriormente, o microcrédito foi um modelo que adquiriu reconhecimento mundial. Todavia, surgiram diversas críticas em relação a este tipo de concessão de crédito (Banerjee et al., 2013) e aos impactos sobre quem recorre a este tipo de financiamento.

Importa dizer que o microcrédito não surge como uma solução miraculosa que é boa para toda a gente de igual forma, na medida em que existem riscos elevados para os mais pobres dentro dos pobres, nomeadamente um risco muito grande de endividamento excessivo e, de certa forma, contribui também para a exclusão social e financeira.

A questão do endividamento é uma questão central nas críticas feitas ao microcrédito, na medida em que muitas vezes estes créditos se traduzem no endividamento excessivo dos mais pobres (Hofmann et al., 2007). Hedwige Peemans- Pouillet (2001) fala mesmo em “*micro-endividamento*” ao referir-se ao microcrédito. Também Duflo (2010) refuta a crença de que o microcrédito seja sempre benéfico para quem recorre a ele, na medida em que a falta de informação, de literacia financeira, ou mesmo a pressão social e familiar podem ser fatores que levam ao endividamento excessivo tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento.

Um bom exemplo disto é a crise que aconteceu na Bolívia em 2001, uma vez que o sucesso do microcrédito levou a uma revolta no país, visto que mais de metade da população terá beneficiado do microcrédito¹. Contudo, os microempresários ao endividarem-se de forma excessiva, exigiram o perdão das dívidas, pois não tinham como as pagar, mas esta ação não teve sucesso (Servet, 2009).

Assim, o microcrédito é muitas vezes acusado de ser um mecanismo que leva ao endividamento excessivo, na medida em que as pessoas que recorrem ao microcrédito endividam-se mais para pagar os empréstimos contraídos. Um estudo feito por Isabelle Guérin, Marc Roesch, Ophélie Héliers e Venkatasubramanian (2009) na Índia demonstrou que com o passar do tempo, surgiram novas fontes de financiamento que levaram as pessoas a contrair novos empréstimos para pagar os antigos. O estudo veio mostrar que metade da amostra populacional estudada recorreu a outras formas de conseguir dinheiro para pagar

¹ Houve entre 600 000 e 1 milhão de microempresas a beneficiar desta ajuda ao financiamento (Servet, 2009).

créditos já concedidos, o que é preocupante, na medida em que existe um endividamento excessivo não para financiar projetos, mas sim para satisfação de despesas, aproveitando a possibilidade de crédito e o gasto desmedido do dinheiro. Para Duflo (2010) estes riscos são reais porquanto afetam os mais pobres daqueles que conseguem microcréditos que, muitas vezes, saem destes empréstimos ainda mais lesados do que quando entraram.

Estes riscos de endividamento excessivo contribuem muitas vezes para a exclusão social ou para uma marginalização de pessoas que, frequentemente, não conseguem vingar na vida, independentemente das ajudas dadas pelo microcrédito. Como vimos anteriormente, o *status quo* neoliberal em vigor nas políticas económico-financeiras das instituições financeiras mete em evidência a necessidade de uma lógica empresarial. Muhamad Yunus (1997) na sua autobiografia defende que concorda com o pensamento de algumas pessoas nos Estados Unidos da América que defendem que não se deve dar nada aos pobres, na medida em que os subsídios de desemprego não são uma medida realmente eficaz para combater o problema do desemprego. Ao serem atribuídos estes subsídios, as pessoas são privadas de ter iniciativa própria e dignidade. Este tipo de pensamento do criador do microcrédito faz-nos refletir acerca de quem poderá ter acesso ao microcrédito. Pessoas que não tenham esta iniciativa própria e um espírito empreendedor são privadas do acesso ao microcrédito. Existe, então, um darwinismo social, na medida em que os pobres passivos são excluídos inclusive do microcrédito.

Importa, adicionalmente, ressaltar que o microcrédito não luta na íntegra para a saída total da pobreza, visto que, primeiro, as instituições de microcrédito devem assegurar a sua perenidade e, segundo, a eficácia do microcrédito é mais eficaz nos menos pobres dos pobres. Isto observou-se no Peru, onde, através do programa MIDE – *Microcredito para el desarrollo* – concluiu-se que quanto mais pobre é uma família, menor a probabilidade de conseguir um microcrédito (Servet, 2009). A rede de clientes do MIDE, em 2019, era composta por 44% de pobres, 36% de muito pobres e somente 5% de pobres extremos. Destes, respetivamente, somente 36%, 39,1% e 22,7% obtêm empréstimos (Servet, 2009).

Esta exclusão dos mais pobres dentro dos pobres explica-se pela ineficácia do microcrédito na população mais desfavorecida. Michel Lelart (1990) cita um estudo feito por Hulme e Mosley entre 1989 e 1993 em diferentes países em desenvolvimento de três continentes distintos. Este estudo demonstrou que os microempréstimos concedidos tinham tido um impacto positivo sobre os rendimentos dos devedores mais pobres, todavia este

impacto era maior quando eles eram menos pobres. Também Elisabeth Hofmann e Kamala Marius-Gnanou (2007) referem um estudo realizado pelo Banco Mundial na Índia em 2001, onde se chegou à conclusão de que o microcrédito beneficia principalmente a parte da população menos desfavorecida dentro da desfavorecida.

Surge então a questão acerca da viabilidade das instituições de microcrédito que procuram os menos pobres dentro dos pobres; populações urbanas e não rurais; pessoas com um certo nível de formação (Servet, 2009). Isto coloca muito em causa o microcrédito devido à hierarquização existente no nível de pobreza e no setor de atividade dos indivíduos, o que leva a exclusões. Com efeito, podemos concluir que a lógica bancária do microcrédito não se adapta sempre facilmente às práticas locais e às necessidades dos pobres. Servet (2009) fala em utopia de pensarmos que as instituições financeiras informais vão esquecer o seu objetivo de lucro em prol da inclusão social de todos os pobres.

Jacques Attali (2001) chega a questionar se o microcrédito é uma doação, um meio para criar pequenos empregos ou um meio de instalar um grande capitalismo, cuja principal preocupação é o lucro.

Com efeito, o que se conclui desde capítulo é que o microcrédito, apesar de ser um instrumento que já retirou muitas pessoas da pobreza, dando-lhes os meios necessários, não é imune a críticas que também devem ser levadas em consideração aquando da replicação deste modelo para outros países.

Capítulo III: Metodologia

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo investigar a aplicação do sistema do microcrédito em Portugal, estudando, para isso, a génese do microcrédito e a forma como este modo de financiamento foi aplicado no país que o viu nascer – o Bangladesh -, antes de ser uma forma de recurso a crédito universalizada e que se alastrou para (quase) todos os países do mundo, incluindo os países desenvolvidos, em que Portugal não foi exceção.

1. Desenho da investigação: Estudo de Caso

Para Marconi e Lakatos (2002), a escolha da metodologia a utilizar vai depender dos diversos fatores relacionados com a pesquisa, o que quer dizer que, dependendo da natureza dos fenómenos que se quer investigar, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros e humanos e outros elementos que possam surgir no campo da investigação serão diferentes. Com efeito, a metodologia mais adequada aos objetivos deste trabalho de investigação corresponde a uma pesquisa qualitativa, que se fará através do estudo de caso, na medida em que se irá procurar compreender de que forma é que um instrumento criado num país em desenvolvimento para países em desenvolvimento – o Bangladesh -, foi aplicado em Portugal, um país desenvolvido.

Segundo Sousa e Baptista (2011), a investigação qualitativa caracteriza-se por produzir dados descritivos a partir de observação, documentos, inquéritos e entrevistas, utilizando procedimentos que são suscetíveis de ser interpretados.

Segundo Yin (2014), o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores. Ponte (2006), por sua vez, considera que se trata de uma investigação particularista por se debruçar sobre uma situação específica que se supõe ser especial em determinados aspetos, tendo como objetivo descobrir as suas particularidades e características e, conseqüentemente, ajudar na compreensão generalizada da investigação.

Assim, o caso de estudo permite investigar acontecimentos que estão a acontecer na sociedade, de forma prática e analisando realmente o que está a acontecer. Contrariamente,

o seu carácter intenso surge da sua extensão e profundidade. Segundo Greenwood (1965), a amplitude atinge-se pela observação dos vários aspetos abordados no estudo. Para além da sua amplitude, de um ponto de vista temporal, o estudo de caso é uma investigação em profundidade, visto que se analisa o fenómeno que se quer estudar de forma prática.

Yin (2014) enfatiza a utilidade do caso de estudo para fins explicativos, considerando preferível a utilização deste método em estudos cujas perguntas de pesquisa são “como” ou “porquê”, o que é o caso deste estudo de caso, em que estamos a debruçar-nos sobre a questão de investigação principal: “Partido do pressuposto que o microcrédito foi criado num país em desenvolvimento para países em desenvolvimento, como foi este modelo aplicado num país desenvolvido?”. De forma a responder a esta questão, iremos debruçar-nos sobre outras questões de investigação secundárias:

- Como é utilizado o microcrédito em Portugal?
- Quais as principais diferenças entre a forma de aplicação do microcrédito em países em desenvolvimento e em países desenvolvidos?
- Pode este ser considerado um instrumento eficaz de combate à pobreza em Portugal?

Para Wimmer (1996), o estudo de caso deve ter 4 características principais:

1. Particularismo, em que há a concentração num fenómeno específico – neste caso o microcrédito -, o que permite a análise de uma situação real;
2. Descrição – existe uma descrição detalhada do que se está a investigar – neste caso será efetuada uma investigação exaustiva acerca da aplicação do microcrédito em Portugal;
3. Explicação – o estudo de caso ajuda a compreender de forma prática aquilo que se está a dizer de forma teórica. Neste caso, o objetivo do estudo de caso é analisar de que forma é que um instrumento criado para os países em desenvolvimento foi aplicado num país desenvolvido.
4. Indução – através da utilização do raciocínio indutivo, que surge a partir da análise de dados, o estudo de caso permite descobrir novas relações entre os elementos em estudo. Neste caso, será visto, em Portugal, como difere o microcrédito da sua génese nos anos 70, no Bangladesh.

Yin (2014) diferencia os estudos de caso em: estudo de caso único e estudos de caso múltiplos. Neste trabalho de investigação, iremos recorrer ao estudo de caso único, uma vez que, o objetivo deste trabalho de investigação é analisar de que forma é que o sistema do microcrédito foi importado para Portugal, vendo, para isso, como funciona o sistema de microcrédito português.

Yin (2014) divide ainda os estudos de caso em três categorias:

1. Estudo Explanatório – existe a procura da causa que melhor explica o fenómeno estudado, estabelecendo relações causa-efeito.
2. Estudo Exploratório - gera uma correlação entre a explicação teórica e a descrição de dados, ocorrendo um trabalho indutivo de generalizações a partir de observações.
3. Estudo Descritivo – existe uma descrição muito pormenorizada de um determinado fenómeno.

Este estudo trata-se de um estudo de caso descritivo, sendo que o propósito do estudo é compreender de que forma é que o microcrédito foi aplicado em Portugal. De forma a realizar o estudo de caso, serão recolhidos diversos dados empíricos que nos darão informações acerca do funcionamento do microcrédito em Portugal.

2. Recolha de dados

Aquando do processo de recolha de dados, o estudo de caso recorre a várias técnicas próprias da investigação qualitativa. A utilização de uma panóplia de instrumentos de recolha de dados propicia a possibilidade de cruzamento de informação para uma análise com fundamento. Yin (2014) refere que a utilização de fontes de dados distintas, permite-nos estudar um conjunto mais alargado de tópicos de análise e, ao mesmo tempo, permite comprovar o mesmo fenómeno. O mesmo autor enumera seis principais fontes de aquisição de dados para a realização dos estudos de caso: entrevistas; documentação; registos de arquivos; observações diretas e participativas.

Neste estudo científico, será feita uma análise de documentação e de relatórios de bancos e de entidades europeias. Os dados serão adquiridos através da análise de diversos documentos oficiais disponíveis online ou nos próprios bancos, através de gestores

comerciais que atendam ao balcão e que poderão dar informações acerca deste tipo de financiamento. Estes documentos foram selecionados com critérios de seleção restritos, tais como, por exemplo, a data de publicação, de forma a ter os dados mais atuais possíveis. Os documentos analisados serão relativos a um período de tempo alargado de forma a podermos analisar a evolução histórica do microcrédito desde que surgiu em Portugal, nos anos 90, até à forma como estes são concedidos hoje em dia. Analisaremos a forma como o microcrédito é concedido no máximo de bancos comerciais portugueses possível, de forma a estabelecer padrões. Os bancos incluirão a Caixa Geral de Depósitos e o Millennium BCP, uma vez que são os bancos em Portugal que concedem microcréditos há mais tempo.

Estes documentos serão analisados e tratados em forma de comparação uns com os outros. A análise incidirá numa leitura aprofundada e comparativa, com o intuito de estabelecer relações entre os diferentes dados encontrados em documentos distintos e que servirão para podermos compará-los e chegar a conclusões. Comparemos, através dos documentos analisados, a forma como o sistema de microcrédito funciona no Bangladesh e em Portugal, ou seja, quais as principais diferenças e semelhanças, o que permitirá responder à pergunta de partida. Os dados acerca do microcrédito no Bangladesh resultarão principalmente dos documentos oficiais disponibilizados pelo Grameen Bank.

3. Análise de dados

Li & Nkansah (2005) defendem que existem dois tipos de dados: os primários, que são recolhidos meramente para a realização dos objetivos definidos no estudo de caso; e os dados secundários, que já existiam antes do estudo de caso em questão.

Analisar dados é estudar e categorizar as evidências/informações recolhidas, de forma a gerar resultados, de forma empírica (Yin, 2014). Este autor defende que a análise e o tratamento de dados podem acontecer com base em quatro estratégias:

1. Trabalhar os dados a partir do “zero”;
2. Seguir as proposições teóricas já existentes e que conduziram ao estudo de caso;
3. Organizar o estudo de caso, tendo em conta uma ótica descritiva;
4. Testar as proposições distintas que conduziram ao estudo de caso.

Yin (2014) apresenta-nos cinco técnicas analíticas para o tratamento de dados:

1. Análise e explicação do estudo de caso de forma gradual
2. Investigação de sucessões temporais
3. Análise e correspondência entre padrões, comparando os dados obtidos.
4. Cruzamento de casos quando há vários casos dentro do estudo de caso que exigem o cruzamento de informação entre eles.
5. Análise de uma ordem de acontecimentos durante um intervalo de tempo continuado.

Neste estudo de caso, a análise de dados passará por recolher informações de diversos documentos que estão disponíveis na internet, em bibliotecas ou nos próprios bancos comerciais. Os documentos recolhidos terão uma análise minuciosa que servirá de base para se chegarem a conclusões que servirão para podermos comparar o funcionamento do microcrédito em Portugal e no Bangladesh e estabelecer diferenças e semelhanças.

4. Limitações

Para Yin (2014), o estudo de caso é uma das várias maneiras de fazer uma investigação nas ciências sociais. Todas elas têm um conjunto de vantagens e de desvantagens que, segundo Yin (2014) dependem de três condições:

1. Da questão de investigação – qual tipo;
2. A forma como o investigador lida com os acontecimentos comportamentais e o controlo que tem sobre estes;
3. Haver um foco em fenómenos atuais e não em fenómenos históricos.

Este autor refere ainda que a generalização dos resultados obtidos, o tempo necessário para que se chegue a certas conclusões e de adquiram certos resultados e a dificuldade em interpretar e examinar toda a informação recolhida são algumas das desvantagens dos estudos de caso.

- Existem enviesamentos nos estudos de caso devido à falta de um procedimento metodológico rígido.

- A análise de uma multiplicidade de casos, geralmente, não representa todas as hipóteses existentes, o que pode conduzir a generalizações. Todavia, o propósito do estudo de caso é justamente a generalização de proposições teóricas.

- Frequentemente, os estudos de caso exigem muito tempo a serem concluídos e produzem resultados pouco minuciosos.

Neste caso específico de investigação, irá haver o risco de se recorrer a generalizações de como o microcrédito é utilizado em Portugal ao olhar-se para os vários bancos que permitem que se recorra a este tipo de financiamento. Isto poderá não ser a realidade para a generalidade dos bancos.

Capítulo IV: Estudo de caso – O sistema de Microcrédito Português

O quarto e último capítulo desta dissertação diz respeito ao estudo de caso que irá responder diretamente à pergunta de partida. Ao analisarmos como funciona o sistema do microcrédito em Portugal veremos as semelhanças e as diferenças entre o modelo original de microcrédito que surgiu no Bangladesh e aquele que foi replicado em Portugal. Para tal, haverá um estudo acerca da caracterização da pobreza em Portugal, bem como quais os mecanismos levados a cabo pelo Estado e pela população para atenuar os efeitos da pobreza. Finalmente, veremos como funciona o microcrédito em Portugal, o que servirá de base para fazermos uma análise crítica e empírica das diferentes formas de funcionamento do microcrédito em países em desenvolvimento e em países desenvolvidos.

1. A pobreza em Portugal

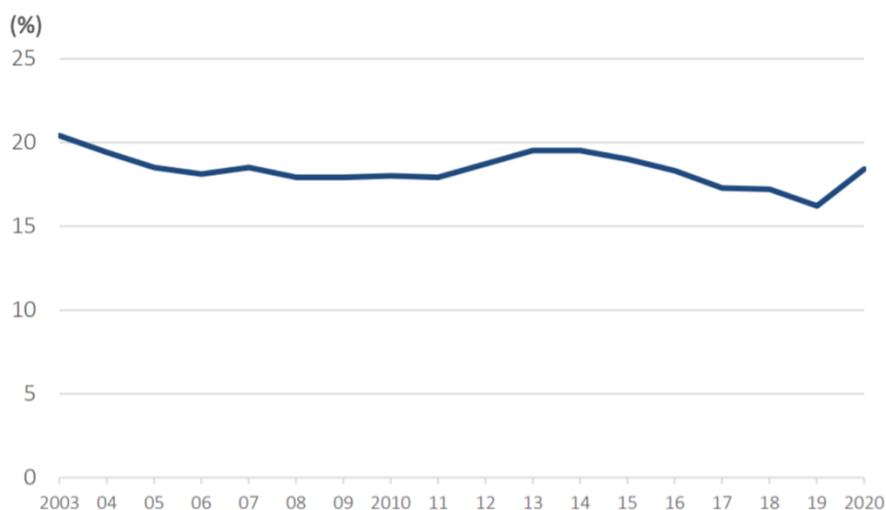
A evolução da taxa de pobreza em Portugal diz-nos que em Portugal, todos os anos, um elevado número de pessoas é afetado. Apesar das oscilações, este valor da taxa de pobreza está sempre próximo de cerca de um quinto do total da população Portuguesa (Diogo, 2021). De salientar que houve um agravamento da taxa de pobreza entre 2009 e 2014 devido aos efeitos sociais da crise económica. Este autor (2021) diz-nos que em Portugal a pobreza “é una”, na medida em que inclui um conjunto de indivíduos que tem em comum justamente essa condição socioeconómica, mas, ao mesmo tempo “diversa”, porque cada situação é única e vivida de forma individual, no seio de um contexto social e de uma família específica. Em suma, estamos perante um conjunto de indivíduos considerados pobres, que constituem uma categoria social específica. Todavia não constituem um grupo homogéneo e coeso.

O estudo “Pobreza em Portugal – Trajetos e Quotidianos” (2021), promovido pela Fundação Francisco Manuel dos Santos concluiu que a maioria dos pobres não o são devido à falta de emprego ou por dependerem de subsídios como o Abono de Família ou Rendimento Social de Inserção, mas sim porque os empregos que têm são muito precários ou os salários são baixos. Este estudo concluiu que, em Portugal, das pessoas em situação de pobreza: 32,9% são trabalhadores, 27,5% são reformados, 26,6% são precários e 13% são desempregados. Quer isto dizer que, em Portugal, ter emprego não é garantia de sair de uma situação de pobreza.

Esta é uma realidade preocupante tendo em conta que dados lançados pela Pordata (2020) demonstraram que cerca de 9,5% da população portuguesa empregada era considerada pobre, uma vez que tinha rendimentos inferiores ao limiar da pobreza que, em 2020, era de 540 euros mensais.

Com efeito, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020, a percentagem da população residente em Portugal em risco de pobreza ou de exclusão social² era de 19,8%, enquanto que a taxa de risco de pobreza após ajudas sociais era de 18,4% da população, o que demonstra o quão insuficientes são estas ajudas (gráfico I).

GRÁFICO I: TAXA DE RISCO DE POBREZA APÓS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS, PORTUGAL, 2003-2020



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2004-2021

Dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), relativo a 2018, revelou que existem cerca de 1,7 milhões de pessoas em situação de pobreza em Portugal, o que corresponde a 1/5 da população portuguesa.

² População residente em risco de pobreza ou exclusão social: “Indivíduos em risco de pobreza e/ou em situação de privação material severa e/ou a viver em agregados com intensidade laboral per capita muito reduzida.” (INE, 2020)

Deste modo, existem famílias que vivem todos os meses no limite e que sentem que a vida não é possível, devido às condições de vida precárias. Isto é visível através, por exemplo, da falta de condições de higiene, da má alimentação, da falta do mínimo de conforto na casa ou ainda do envelhecimento precoce evidente. Também cerca de um terço das famílias monoparentais e das famílias onde existem dois adultos com três ou mais crianças estavam, em 2018, em situação de pobreza (Diogo, 2021)

Muitas vezes estas famílias, devido ao preço excessivamente alto da habitação em Portugal, são obrigadas a viver em bairros sociais, que são locais completamente degradados e sem condições. Noutros casos, as pessoas que não conseguem fazer face ao fosso entre salário-custo de vida podem, eventualmente, tornar-se sem-abrigo nas grandes cidades (Almeida et al., 1992).

Blank (2005), diz-nos que o contexto, nomeadamente territoriais, são muito importantes na forma como a pobreza é vivida e até sobre a intensidade com que esta é vivida. Dados do INE (2018) mostram como é a distribuição regional da taxa de risco de pobreza, em Portugal. No gráfico II, conseguimos perceber que a região portuguesa com maior incidência da pobreza é a região dos Açores (31,5%), enquanto que a zona metropolitana de Lisboa é a região com menor risco de pobreza (12,3%).

GRÁFICO II: TAXA DE RISCO DE POBREZA PORTUGAL E NUTS II, 2017 (%)

Ano de referência	2017 (Po)
Portugal	17,3
Norte	18,6
Centro	18,6
A. M. Lisboa	12,3
Alentejo	17,0
Algarve	18,6
R.A. Açores	31,5
R.A. Madeira	27,4
EU-SILC	2018 (Po)

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2018)

A análise efetuada pelos investigadores do estudo “Pobreza em Portugal – Trajetos e Quotidianos” (2021), confirmou que existe uma “natureza estrutural” na pobreza, havendo

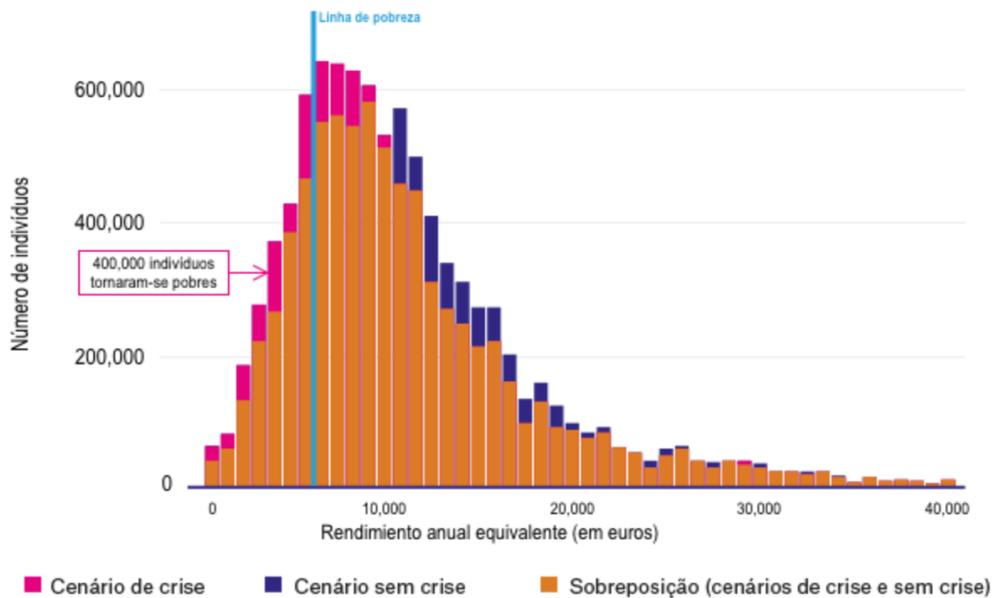
um “processo de reprodução intergeracional da pobreza”. Isto quer dizer que pessoas que cresceram num ambiente de pobreza e de maior privação são mais propensas a herdar esta situação e a continuar num ambiente de pobreza, na medida em que têm as suas oportunidades de vida mais condicionadas. Alguns fatores que podem estar intimamente ligados a isto são o abandono escolar e a entrada prematura no mundo do trabalho.

Fernando Diogo (2021) destaca os três D que, para ele, estão diretamente relacionados com a pobreza: desemprego, doença e divórcio. Estes fatores propiciam situações de pobreza, uma vez que as pessoas têm muita dificuldade em sair delas. O estudo feito por este autor revela que uma parte considerável das pessoas que se encontram em situação de pobreza em Portugal, atualmente, é crítica dos serviços de segurança social e de outros sistemas de proteção do Estado. Muitas destas pessoas apoiam familiares ou são por eles apoiados de forma a poderem sobreviver ou fazer face a despesas diárias básicas. Com efeito, as pessoas consideram que os seus rendimentos são desadequados às suas necessidades básicas.

Em suma, podemos concluir que em Portugal as crianças, os desempregados e os indivíduos que vivem de transferências sociais são particularmente afetados pela pobreza. Existem quatro grandes perfis de indivíduos com 18 anos ou mais em situação de pobreza em Portugal: reformados, desempregados, precários e trabalhadores (Diogo, 2021).

Fatores externos, como a guerra na Ucrânia e crises epidémicas como a covid-19, também contribuem negativamente para a pobreza. De igual modo, a pandemia da covid-19 que se iniciou em Portugal em 2020 provocou um aumento alarmante da pobreza e da desigualdade em Portugal, como podemos ver no gráfico III, que faz uma comparação entre como seriam os rendimentos, em euros, dos portugueses, num cenário com e sem pandemia.

GRÁFICO III: DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTO EM PORTUGAL NOS CENÁRIOS COM E SEM CRISE (EM EUROS)



Nota: O limiar de pobreza está ancorado ao cenário sem crise e é definido como 60% do rendimento mediano equivalente. Para efeitos de legibilidade, a distribuição de rendimento foi truncada em 40.000 euros. A área a laranja é onde as duas distribuições de rendimento se sobrepõem, significando que (pelo menos) este número de indivíduos tem este rendimento nos dois cenários.

Fonte: Observatório Social da Fundação “La Caixa”: adaptado do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), 2019

Ainda que tenha havido ajudas sociais promovidas pelo Governo português, o estudo “O impacto da Covid-19 na Pobreza e Desigualdade em Portugal, e o efeito mitigador das políticas de proteção” (2021), promovido pela Fundação “La Caixa”, diz-nos que a pandemia levou a um aumento de cerca de 25% da pobreza e, conseqüentemente, a um aumento de 9% da desigualdade. Podemos inferir que a pandemia resultou numa perda considerável de rendimentos para a população portuguesa, na medida em que, como podemos verificar no gráfico III, o rendimento médio anual caiu de 10.100 euros no cenário sem crise para 9.100 euros no cenário com crise (Fundação La Caixa, 2021).

Também a guerra na Ucrânia que eclodiu em fevereiro terá um impacto considerável na população portuguesa, principalmente devido à inflação generalizada que se faz sentir. Segundo o relatório (2022) do Banco Europeu de Investimento intitulado “*The impact of the war on Europe’s economic recovery*”, Portugal aparece em sexto lugar dos 27 países da União Europeia no que diz respeito ao aumento do risco de pobreza motivado pela eclosão

da guerra, o que significa, em termos práticos, que a percentagem de portugueses em risco de pobreza subiu de 20% para 21,2%. Este aumento deve-se principalmente ao aumento exponencial dos preços dos alimentos e da energia, bens primários e essenciais, que atingirá de forma mais severa famílias de baixos rendimentos.

2. O combate à pobreza em Portugal

Como vimos, Portugal é um país onde uma percentagem considerável da população vive abaixo do limiar de pobreza. Para fazer face a este problema, o governo português funciona como um Estado-Providência, visto que intervém e implementa um conjunto de medidas que visam a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais no país. Com efeito, analisaremos, historicamente, a evolução da segurança social portuguesa.

No século XVIII foi fundada a Casa Pia de Lisboa, que se foi o primeiro passo dado em Portugal que demonstrava assistência pública. Posteriormente, no século XIX surgiram várias associações de socorros mútuos que prestavam auxílio ao nível da saúde, com atribuição de “prestações pecuniárias” em caso de incapacidade temporária ou permanente para o trabalho. Todavia a falta de assistência por velhice levou à criação, no final do século XIX, das primeiras caixas de aposentações.

Em 1919 houve a primeira tentativa da criação de um sistema de seguros sociais obrigatórios que visavam a globalidade dos trabalhadores dependentes que tinham rendimentos inferiores a um determinado montante. Porém somente em 1935 Portugal estaria na condição de criar um sistema de seguros sociais obrigatórios semelhante àqueles já em vigor em muitos países europeus. Posteriormente, na década de 60, também os trabalhadores independentes começaram a ser mencionados e foram criadas a Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais e a Caixa Nacional de Pensões, que incluía invalidez, velhice e morte dos trabalhadores.

Devido à internacionalização atingida pelo sistema português, entrou em vigor a Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, que assegurava a ligação entre o sistema de providência português e as instituições congéneres existentes nos países em que Portugal se encontrava com fortes relações.

Todos estes passos foram cruciais de forma a caminhar na direção do sistema de Segurança Social do pós-25 de abril que assenta num direito universal.

Com a alteração, em 1976, da Constituição da República Portuguesa, o papel do Estado como máquina social ficou mais evidenciado, podendo-se ler no seu artigo 63º que *“Incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado, de acordo e com a participação das associações sindicais e outras organizações das classes trabalhadoras.”* Ainda no mesmo artigo, encontra-se também redigido que, o sistema agora implementado deve proteger os cidadãos *“... na doença, velhice, invalidez, viuvez, orfandade, bem como no desemprego e em outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.”* Em suma, com a alteração da Constituição, houve uma maior abertura dos benefícios à generalidade da população.

Através destas alterações, determinou-se a universalidade da segurança social, visto que este era um sistema a que todos os cidadãos podiam aceder e do qual podiam beneficiar. De salientar a importância da criação da pensão social que está na base da criação do esquema mínimo de proteção social que era direcionada a todos os cidadãos nacionais residentes e que visa a garantia universal do acesso à saúde e à segurança social. Este é, mais tarde, substituído pelo regime não contributivo de proteção social que passa a limitar o acesso a estes benefícios aos cidadãos mais desfavorecidos na base da verificação dos recursos.

Começou também a haver acordos entre os centros regionais de Segurança Social e as instituições privadas de solidariedade social de forma a alargar o espetro de ação à juventude, aos idosos, aos deficientes e às famílias, nomeadamente através da criação de creches familiares.

Em 1979, foi criado o Sistema Nacional de Saúde. À criação deste podemos associar alguns princípios básicos como a universalidade do acesso por parte dos cidadãos aos serviços de saúde disponíveis.

No ano de 1984 foi adotada a primeira lei de bases da Segurança Social, tendo sido criado ainda nesta década o subsídio de desemprego, e de maternidade e paternidade e surge o subsídio por assistência de terceira pessoa a deficientes.

Em 1986, entrou em vigor a taxa social única que fixou as taxas de contribuições em 11% (trabalhadores) e 24% (entidades patronais). Na década de 90, todavia, foi reintroduzido

o sistema de desagregação da taxa contributiva global que determinava o valor da taxa a cada situação específica, bem como o alargamento do regime de segurança social a trabalhadores independentes.

Também na década de 90 foi criado o rendimento mínimo garantido que visava garantir aos indivíduos a satisfação das necessidades básicas e a integração social e profissional progressiva. Em 1997, foi criado o subsídio familiar a crianças e jovens cujos montantes são definidos em função dos rendimentos familiares.

Também as pensões de invalidez e velhice sofrem reformas e uniformiza-se a idade de acesso à pensão de velhice como sendo aos 65 anos. Mais tarde, é criada a Comissão Nacional de Proteção das Crianças Jovens em Risco.

O facto de Portugal ter entrado, em 1986, na então Comunidade Económica Europeia (CEE), atual União Europeia, fez com que Portugal tivesse acesso a programas comunitários existentes, como é o caso do II Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza, que resultou na implementação do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza em Portugal (PNLCP), no qual se privilegiou a filosofia investigação – ação (Barreto, 1996).

Numa perspetiva de atenuar os efeitos da pobreza, em 2019, o governo criou um instrumento de política pública – Estratégia Nacional de Combate À Pobreza (ENCP)-, cujo objetivo era reduzir a pobreza de forma considerável, uma vez que este tenta combater a pobreza em todas as suas vertentes e não só de um ponto de vista económico. Algumas das medidas lançadas pelo governo foram o reforço dos apoios financeiros às famílias mais desfavorecidas, nomeadamente o acesso gratuito a creches, a criação de mecanismos de apoio ao estudo para crianças de agregados familiares pobres ou ainda a promoção do acesso prioritário de famílias destruturadas a habitação social permanente (Diário da República n.º 251/2021, Série I de 2021-12-29, páginas 19 – 30). A ENCP visa a redução da taxa de pobreza, de forma a fixar-se nos 10% da população portuguesa, o que significa retirar 660 mil pessoas da pobreza até 2030.

O Estado Português é, ainda, responsável por apoios na educação, nomeadamente através de subsídios por escalões ou de bolsas de estudo. Para colmatar a falha existente na habitação em Portugal a nível de precaridade, o governo criou várias habitações sociais para que as pessoas em situações de pobreza tivessem habitação digna.

Não obstante, o Programa Pobreza 3 (1994), diz-nos que Portugal possui uma “sociedade providência” muito alargada, na medida em que existem ainda entidades não-estatais, como a Santa Casa da Misericórdia ou outras instituições particulares de solidariedade, que levam a cabo medidas que visam a entreaajuda comunitária.

Também existem alguns Bancos que oferecem bolsas de mérito escolar, atribuindo, para tal, valores monetários consideráveis a jovens que tenham aproveitamento escolar e que venham de situações económicas mais frágeis. Para além disso, estes bancos têm a capacidade de conceder empréstimos de valores mais baixos – através do microcrédito - a pessoas que não tenham a possibilidade de recorrer a créditos no sistema bancário tradicional.

3. A evolução e o funcionamento do Microcrédito em Portugal

Em 1989, Maria Novak, uma economista polaca que trabalhou no Banco Mundial, trouxe o microcrédito para a Europa, através da criação da Associação para o Desenvolvimento da Iniciativa Económica (ADIE – Association pour le Développement de l’Initiative Economique), em França. Maria Novak, por ter trabalhado tantos anos no Banco Mundial e por ter sido uma das principais impulsionadoras para o surgimento do microcrédito em África, na medida em que levou este modelo para este continente, viu a necessidade de fazer a experiência de trazer o microcrédito para França, de forma a examinar se este também teria um impacto positivo sobre a população francesa na redução da pobreza (Lattès, 2005).

Este começou a ser usado em Portugal somente dez anos mais tarde, em 1998, através da criação da Associação Nacional de Direito ao Crédito (doravante ANDC) – uma associação semelhante à ADIE cuja finalidade era permitir que todas as pessoas da população portuguesa tivessem acesso à concessão de créditos e não somente aqueles que os bancos comerciais consideravam fiáveis. A fundadora do microcrédito em Portugal foi Joana Veloso que participou, em 1995, na Cimeira Mundial para o Desenvolvimento das Nações Unidas, na qual Muhamad Yunus participou como orador. Em conjunto com Jorge Wemans, antigo diretor de informação da agência Lusa, Joana Veloso estudou a viabilidade de um programa como o microcrédito ser implementado em Portugal.

O antigo presidente da ANDC, Mohamed Lemine Ould Ahmed (2009), defende que o microcrédito visa a erradicação da pobreza e da exclusão social da população que está

inserida nestes contextos, dando-lhes a possibilidade de terem reabilitação económica, mas acima de tudo, investindo nelas enquanto pessoas e acreditando nos seus projetos.

A ANDC teve um papel muito importante no desenvolvimento do microcrédito em Portugal, na medida em que estabelecia uma relação de confiança entre o microempresário e o agente de microcrédito, nomeadamente através da consciencialização da importância de pagamento dos créditos (montante emprestado e juros), a tempo e horas; aconselhava, ajudando a transformar uma ideia num negócio; servia de elo de ligação entre os microempresários e os bancos que forneciam os empréstimos, sendo esta associação fiadora em caso de incumprimento de pagamento. Todavia, em 2019, a ANDC foi dissolvida uma vez que perdeu o financiamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). O IEFP financiava a ANDC a 90%. Sem este financiamento, não conseguiu sobreviver (Centeio, 2019).

Atualmente, em Portugal, o microcrédito resulta da parceria ocorrida entre o Estado e os Bancos comerciais (Aspas, 2019):

1. O Estado Português, através do IEFP, financia a maioria dos custos operacionais dos empréstimos, nomeadamente suportando a totalidade dos juros do empréstimo concedido no primeiro ano de pagamento.
2. Um Banco comercial (Caixa Geral de Depósitos, Millennium BCP, etc.) que autoriza e concede a atribuição de créditos aos microempresários.

Centeio (2019) diz-nos que qualquer pessoa pode tentar obter um crédito, através do microcrédito, de forma autónoma, dirigindo-se, para isso, a uma instituição bancária que conceda microcréditos, ou pode fazê-lo através do Gabinete de Apoio ao Microcrédito e de várias ONG existentes, que reencaminharão os cidadãos para os locais específicos.

Através da criação do Programa Nacional de Microcrédito (PNM), em 2011, existe a concessão de empréstimos com o valor máximo de 15 000€ ou de 20 000€, na linha de Crédito *MicroInvest* que tem condições de acesso mais restritas. O lado positivo do microcrédito é que, para terem estes valores aprovados, não é exigida a existência de quaisquer bens patrimoniais, sendo, no entanto, pedido a um fiador uma garantia pessoal que corresponda a 20% do capital concedido ao microempresário. Todavia, em condições particulares, pessoas sem emprego que estejam inscritas no centro de emprego, poderão não precisar de um fiador (ANDC, 2014).

Para além da MicroInvest, existe a linha de crédito Invest+. Na Tabela I, conseguimos perceber as diferenças entre estas duas.

Tabela I: Características Gerais das Linhas de Crédito

	Microinvest	Invest +
Montante global da linha (euros)	15.000.000	85.000.000
Montante de investimento total admissível por projeto (euros)	<=20.000	>20.000 e <= 200.000
Montante de financiamento	<=20.000	<= 100.000 e <= 95% do investimento total e <= 50.000 por posto de trabalho criado a tempo completo
Desembolso	50% com a assinatura do contrato e duas tranches de 25%, cada, mediante apresentação de documentos de despesa comprovativos da aplicação dos valores anteriormente utilizados	30% com a assinatura do contrato e duas tranches de 35%, cada, mediante apresentação de documentos de despesa comprovativos da aplicação dos valores anteriormente utilizados
Prazo do desembolso	Prazo máximo de 6 meses após a assinatura do contrato, prorrogável mediante deferimento de pedido apresentado pelo beneficiário	
Prazo do reembolso	84 Meses (24 de carência+60 de amortizações - mensais e constantes), sem prejuízo da possibilidade de amortização antecipada, total ou parcial, sem custos	
Reestruturação	Os períodos de carência são prorrogáveis por 12 meses e o prazo global da operação pode ir até 108 meses	
Taxa de juro	Euribor 30 dias+Spread 2,5 %	
Juros a cargo do beneficiário	Euribor 30 dias+0,25%, com uma taxa mínima de 1,5% e máxima de 3,5%, que são liquidados mensal e postecipadamente	
Bonificação da taxa de juro	No 1º ano é total (juros a cargo do IEFP); Nos 2º e 3º anos é igual à diferença entre a taxa de juro e o juro suportado pelo beneficiário.	
Garantia mútua	100%, até ao limite da garantia emitida para o Banco e até 30% do valor do crédito efetivamente contratado pelo Banco ao abrigo da linha	75% do valor do capital em dívida, em cada momento do tempo, em cada processo
Adesão ao mutualismo		As empresas devem adquirir ações da SGM, no montante de 2% sobre o valor da garantia a prestar, as quais podem ser revendidas à SGM, pelo valor nominal, quando terminada a garantia.
Comissão de garantia	0,75%, ao ano, calculada sobre o valor da garantia utilizada no período (encargos suportados pelo IEFP)	2,5% ao ano, calculada sobre o valor da garantia viva em cada momento do tempo e cobrada antecipadamente para todo o período de vigência da garantia. A comissão de garantia é calculada, inicialmente, sobre o valor da garantia emitida, sendo recalculada e ajustada ao valor da garantia efetivamente viva em cada momento do tempo, após decurso do período de desembolso estabelecido supra (encargos suportados pelo IEFP).
Bonificação da comissão de garantia	Integral (com IS), sendo esse valor liquidado semestral e postecipadamente	Integral (com IS), sendo esse valor liquidado em uma única prestação e antecipadamente
Contragarantia	FCGM – Fundo de Contragarantia Mútua	

Fonte: IEFP

No caso da linha de crédito Invest+, para além de este conceder empréstimos de valores mais elevados do que o MicroInvest, os seus beneficiários têm a obrigatoriedade de adquirir ações das Sociedades de Garantia Mútua (SGM)³, uma vez que estas funcionam como garantia às empresas e facilita o acesso destas à obtenção de créditos. Para além disso, também a comissão de garantia é mais elevada no Invest+ (2,5%) do que no MicroInvest (0,75%).

Por sua vez, no que diz respeito à linha de crédito MicroInvest, o Millennium BCP (2022) e a Caixa Geral de Depósitos (2022) concedem um montante de financiamento até 25 000€ por pessoa (com período de reembolso até aos 60 meses) para criação ou ampliação do seu negócio, havendo empréstimos de dois tipos: individual e coletivo. As pessoas que queiram aceder a estes créditos não podem ter dívidas ou prestações bancárias em atraso registadas no Banco de Portugal.

Entre 1998, ano em que surgiu o Sistema de Microcrédito em Portugal, e 2006 houve um total de 2 765 524 € de crédito que foi concedido, num total de 635 operações de crédito. Isto demonstra que somente 635 pessoas/grupos de pessoas tiveram acesso ao microcrédito, o que quer dizer que houve uma parte muito pequena da população a beneficiar deste apoio ao crédito e que ainda há muito mais pessoas que poderiam ter beneficiado e não o fizeram, por desconhecimento ou medo, por exemplo.

Alves (2018) diz-nos que a experiência das instituições de microcrédito em Portugal comprova que efetivamente, em média, os microempresários que recorrem ao microcrédito falham menos os empréstimos do que outros agentes económicos. A taxa de sobrevivência dessas empresas é de cerca de 69%, o que está acima da média nacional de 47,6% para empresas com três ou mais anos de atividade.

Mendes et al. (2007) diz-nos que os impactos mais pertinentes da concessão de microcréditos são a criação do próprio emprego, uma melhoria no rendimento do agregado familiar e, ainda, um aumento considerável na autoestima.

Segundo a ANDC (2013), entre 1999 e 2009, as pessoas que pediram empréstimos através do microcrédito localizavam-se maioritariamente nas grandes cidades,

³ “A Garantia Mútua é um sistema mutualista de apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME), que se traduz fundamentalmente na prestação de garantias financeiras para facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas aos investimentos e ciclos de atividade dessas empresas.” (Lisgarante, 2022)

nomeadamente em Lisboa (39%) e no Porto (11%); a maioria (34%) dos empresários tinha idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos, sendo a idade média os 38 anos; nacionalidade portuguesa (85%); maioritariamente com o estado civil de solteiro (39%), sem filhos (51,5%) e 33% desempregada. Dessas pessoas, 36% tinha habitação própria e 51,5% um veículo próprio (Mendes et al., 2007).

Para além das instituições acima referidas, existem outras que trabalham com o microcrédito. Existem, nomeadamente, programas de apoio ao microempreendedorismo como os Programas da Associação Nacional de Jovens Empreendedores (ANJE) ou até mesmo o programa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Microcrédito SCML), exclusivo aos residentes desta cidade (Afonso et al., 2011).

4. Enquadramento legal do acesso ao microcrédito

Quando o microcrédito foi criado e começou a ser replicado em vários países, surgiu a necessidade de haver regulação legislativa à concessão deste tipo de créditos. Importa referir que estes não são regulados de igual forma em todo o mundo, uma vez que cada país tem o seu sistema jurídico. De forma a podermos focar-nos no quadro regulamentar vigente em Portugal, temos que analisar se no seio da UE existe alguma legislação relativa ao microcrédito.

Dentro da UE, o microcrédito é geralmente reconhecido – pelos Estados-Membros e pelas Instituições Europeias – como sendo um instrumento que tem um impacto positivo no empreendedorismo, no crescimento económico e na inclusão social (Comissão Europeia, 2003).

Existe uma consciência de que, no setor das microempresas, na fase inicial de uma empresa é muito difícil encontrar financiamento para o projeto. É ainda mais difícil quando o fundador da empresa está desempregado, é um imigrante ou faz parte de uma minoria étnica (Coimbra, 2010). Contudo, o setor das microempresas é um motor essencial na criação de emprego. Por isso, o microcrédito pode ser uma ferramenta importante na redução do desemprego, através da geração de empregos por conta própria.

No que diz respeito aos quadros regulamentares nos Estados-Membros da UE, em 2007, a Comissão Europeia emitiu a comunicação “Uma Iniciativa para o

Desenvolvimento do Microcrédito em Prol do Crescimento e do Emprego”⁴ que defende que deve haver uma melhoria do ambiente jurídico nos Estados-Membros em relação ao microcrédito e que este possa ser oferecido por instituições bancárias e não bancárias⁵. Todavia, cabe a cada Estado-Membro tomar as decisões relativas aos empréstimos concedidos, que depende das leis institucionais existentes e da regulação das taxas de juro e impostos, aquando da concessão de microcréditos.

Posteriormente, o Parlamento Europeu publicou a Resolução de 24 de março de 2009, na qual solicitou à Comissão Europeia o reforço das vantagens em prol do microcrédito de forma a gerar emprego e crescimento económico. Para tal, o Parlamento Europeu aprovou o financiamento e a execução do projeto JADE (*Joint Action to Support Microfinance Institutions in Europe*), que visa reforçar as capacidades dos fornecedores de microcrédito e das instituições que concedam microcrédito de forma que estes se tornem operadores sustentáveis no mercado do microcrédito.

O problema que se coloca é que as iniciativas das instituições europeias são meramente recomendativas, não havendo, portanto, uma base regulamentada nem diretiva. Com efeito, segundo Forster (2003), um problema comum aos países europeus é a falta de regulamentação legislativa geral a nível europeu, a falta de coordenação entre as entidades que oferecem microcrédito e as taxas e impostos muito elevados que não beneficiam as empresas que recorrem ao microcrédito.

Em Portugal, a legislação ao microcrédito surgiu em 2010, de forma que existisse uma regulação das sociedades de microcrédito. (Coimbra, 2010). No Decreto-lei (DL) nº12/2010 de 19 de fevereiro de 2010 está especificamente contemplado o microcrédito:

“O Programa do XVIII Governo inclui ... dinamização do microcrédito, enquanto instrumento dirigido ao apoio ao empreendedorismo, à criação do autoemprego e,

⁴ Comunicação da Comissão COM (2007) 0708, p.6: “Dado o número e a diversidade dos clientes potenciais, todos os tipos de IDMF, bancárias ou não, deveriam ter fácil acesso aos recursos financeiros para poderem desenvolver o microcrédito.”

⁵ Instituições financeiras não formais, organizações não governamentais.

consequentemente, vocacionado para a criação de oportunidades, bem como para a geração de emprego e de riqueza.”.

Este DL possibilitou a constituição de sociedades financeiras direcionadas exclusivamente para o microcrédito, impulsionando, deste modo, as atividades ligadas ao microcrédito, na medida em que houve um alargamento do tipo de sociedades que podiam oferecer os seus serviços.

Também na Resolução do Conselho de Ministros nº 51-A/2012, de 14 de junho, está estabelecido que o Estado Português fomenta o desenvolvimento do programa nacional de microcrédito através da tipologia MICROINVEST⁶ e Invest+⁷, e acompanha os microempresários nos primeiros anos de formação da empresa.

5. Um instrumento criado num país em desenvolvimento adaptado a um país desenvolvido

O microcrédito é um tema que tem tido uma importância crescente ao longo dos últimos anos, devido à diminuição do poder de compra das pessoas que resultam das sucessivas crises financeiras que propiciaram inflações brutais, tal como a que se vive atualmente devido à guerra na Ucrânia. Deste modo, as pessoas, ao perderem poder de compra e ao verificarem-se crises económicas, têm menos oportunidades de acesso a créditos oferecidos pelos bancos tradicionais. É aqui que surge o microcrédito, que tem merecido a melhor atenção por parte de diversas áreas científicas da sociedade, nomeadamente a sociológica, a económica e a política.

Através da análise dos dados recolhidos e, de forma a vermos de que modo o microcrédito está a ser usado nos diferentes países, selecionou-se um país em desenvolvimento – o Bangladesh (modelo original) - e um país desenvolvido (Portugal), de forma a ver a diferença entre eles. Procedeu-se à escolha destes dois países devido ao Bangladesh ser o modelo original, Portugal ser o exemplo do país desenvolvido.

⁶ Uma linha específica para operações de crédito até 20.000€, que só tem acesso quem apresente uma candidatura no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito (IEFP, 2022).

⁷ Uma linha específica para operações de crédito até 200.000€ (IEFP, 2022).

Na tabela abaixo está a comparação feita entre o funcionamento do microcrédito nos dois países de amostra.

Tabela II: Análise comparativa entre o funcionamento do microcrédito no Bangladesh (modelo original) e num país desenvolvido (Portugal)

	Bangladesh	Portugal
Montante Máximo	100€ por beneficiário (10 000 TK)	MicroInvest - 25 000€ por beneficiário
Quem concede o empréstimo	Grameen Bank (banco não comercial)	Bancos Comerciais; fundos governamentais
Condições de financiamento	Empréstimos em grupo: grupos de indivíduos que se propõem a um empréstimo. Responsabilidade de não pagamento também em grupo.	Apresentação de um fiador responsável por 20% do capital emprestado
Duração	Até 12 meses	Até 60 meses
Taxa de juro	Variável em relação à quantidade e ao tempo de pagamento, mas, em média, cerca de 20%.	Euribor (3 meses) + 2% de spread
Ao abrigo de um quadro legislativo?	Sim.	Sim.
Existe supervisão formal?	Sim, a Autoridade Regulatória do Microcrédito (MRA)	Sim, o Banco de Portugal e os Tribunais.
Existe um Agente de crédito?	Sim.	Sim.

Fonte: elaboração própria (adaptado de Mourão, 2019; Afonso, 2011)

Através desta tabela, podemos inferir que a forma como o microcrédito é utilizado em Portugal não está distante da sua génese e que a forma de aplicação se mantém muito fiel àquela proposta inicialmente por Muhamad Yunus e pelo Grameen Bank.

À semelhança do que acontece nos países em desenvolvimento, também em Portugal o montante máximo de concessão de empréstimos de microcrédito é um valor baixo e as microempresas só podem ter no máximo 10 colaboradores e os lucros não podem ultrapassar os 2 milhões de euros (Portaria nº1315/2010, nº2 da alínea a). O objetivo do microcrédito também não difere de países desenvolvidos para países em desenvolvimento, na medida em que as operações de microcrédito, nos termos do nº1 do art. 1º. da Portaria nº1315/2010, têm por objeto “*o financiamento de pequenos projetos empresariais ou profissionais suscetíveis de criar ou manter postos de trabalho de forma sustentável, nomeadamente o autoemprego*”. Todavia, em Portugal ainda que o objetivo do microcrédito venha com a componente mais social e solidária mencionada acima, o objetivo principal é a geração de lucro das empresas e fazer com que haja menor responsabilidade e maior alívio no papel do Estado no que diz respeito a ajuda a pessoas que se encontrem em situações de pobreza, ao dar-lhes a oportunidade de construírem negócios rentáveis. No Bangladesh, o único objetivo do programa é capacitar as pessoas que dele beneficiem de forma que elas não voltem às situações de pobreza em que se encontravam, e para que as gerações futuras das famílias que beneficiaram destas ajudas possam ter um futuro melhor.

Também a regulação europeia e portuguesa é excessiva no que toca à atribuição de empréstimos ou mesmo ao estabelecimento de organizações que possam conceder empréstimos.

O que se verifica é que em Portugal os montantes emprestados são mais avultados e os prazos de pagamento são mais extensos. Isto está intimamente ligado ao facto de ter havido uma ocidentalização do funcionamento do microcrédito, principalmente no que diz respeito à vontade exacerbada de desenvolvimento. Este é um conceito dos países ocidentais e insere-se numa visão de crescimento e de progresso, o que não corresponde de todo aos valores dos países em desenvolvimento como o Bangladesh.

Nos países subdesenvolvidos existe uma rede bancária escassa, o que leva à instalação de instituições ligadas ao microcrédito de forma mais simplificada, visto que existem menos burocracias. Por sua vez, nos países desenvolvidos existe uma regulação legal mais exigente e complexa (Hulme, 2008). Em 2007, a Comissão Europeia emitiu a

Comunicação “Uma Iniciativa para o Desenvolvimento do Microcrédito em Prol do Crescimento e do Emprego”, que fomenta alarga a oferta de serviços nos Estados-Membros, o que implica que o microcrédito possa ser regulado e concedido por instituições bancárias e não bancárias.

De acordo com um estudo de Jayo (2010), existe uma preocupação cada vez maior das instituições europeias de combater as desigualdades sociais e económicas, pelo que as iniciativas que ocorrem no âmbito do microcrédito têm como objetivo principal a redução do fosso económico entre as regiões mais e menos desenvolvidas, através de políticas de coesão regionais, nomeadamente através da Estratégia de Lisboa para o Crescimento e Emprego e para a Promoção da Inclusão Social. Isto difere do que acontece dos países subdesenvolvidos, onde o que acontece é a concessão de créditos bancários de forma que as pessoas possam empreender e criar negócios que as façam sair da pobreza e existem menos políticas estatais para atenuar as diferenças sociais, mas acima de tudo existe o empréstimo de crédito a pessoas individuais. Quando as iniciativas que ocorrem no âmbito do microcrédito diferem de país para país, isto significa que cada modelo tem que ser adaptado à realidade do país em questão, de forma a chegar ao mesmo objetivo de melhoria das condições de vida da população.

Uma diferença importante existente entre os dois modelos é que enquanto que no modelo original do microcrédito, este era para pessoas em situação de pobreza extrema, em Portugal este não é necessariamente o caso. Aquilo que se verifica é que este é um instrumento existente, mas têm que existir algumas garantias, devido a serem montantes concedidos por bancos comerciais. Quer isto dizer que em Portugal o microcrédito não é acessível para as pessoas que se encontram em situação de pobreza extrema, na medida em que existe a exigência de garantias (tabela II).

Conclusão

O presente trabalho tinha como finalidade analisar de que forma é que um instrumento financeiro criado num país em desenvolvimento para um país em desenvolvimento foi replicado num país desenvolvido – Portugal.

Com base na literatura analisada, chegou-se à conclusão de que o microcrédito, apesar de apresentar limites, é um instrumento financeiro válido na luta contra a pobreza e exclusão social, na medida em que atenua os efeitos devastadores do sistema bancário tradicional que acaba por excluir as pessoas mais desfavorecidas.

De forma ao responder à questão central desta dissertação, estudou-se o sistema de microcrédito português e analisou-se o funcionamento deste em Portugal e comparou-se com o modelo original do Bangladesh. O estudo do funcionamento de diferentes sistemas e funcionamentos do microcrédito serviram para podermos responder à pergunta de partida acerca de como é que o microcrédito foi aplicado em Portugal, em comparação com o modelo original. Assim, pudemos, claramente, identificar diferenças e semelhanças entre os dois modelos.

Os resultados deste trabalho demonstraram que o microcrédito é usado em Portugal e a sua utilização está a crescer com o passar dos anos; todavia ainda existe uma parte muito pequena da população a beneficiar destas ajudas de apoio ao crédito, frequentemente por falta de conhecimento da população portuguesa. Respondendo diretamente à pergunta de partida, o microcrédito em Portugal, na sua essência e funcionamento, é muito semelhante à forma como o microcrédito é usado no Bangladesh e tem o mesmo objetivo de atenuar os efeitos da pobreza nos estratos da população mais propensos à pobreza e à exclusão social, contribuindo, desta forma, para melhorar o bem-estar da população.

Porém, ao compararmos a forma como o microcrédito foi aplicado em Portugal com a forma como foi criado no Bangladesh, notamos algumas distinções. Como principais diferenças temos o facto de Portugal estar dependente de diretivas da União Europeia, o que limita bastante, por exemplo, as taxas de juro, tendo estas que ser reguladas de acordo com o Banco Central Europeu; as quantias emprestadas serem muito mais avultadas do que no país onde o microcrédito nasceu; necessidade de garantia de 20% do capital emprestado; preferência pelos empréstimos em grupo no Bangladesh e pela responsabilização social dos créditos; existência de um único banco – o Grameen Bank-, no Bangladesh, enquanto que

em Portugal existem associações e bancos comerciais a conceder estes empréstimos de baixo valor.

Para além disto, é de salientar que o modelo original do microcrédito do Bangladesh é para pessoas em situação de pobreza extrema, o que não é necessariamente o caso em Portugal.

A teoria crítica das Relações Internacionais ajuda a compreender que o facto de o microcrédito ter surgido como um movimento reacionário do Bangladesh que veio denunciar as desigualdades e a exclusão social, na sua essência, foi o que aconteceu em Portugal. Contudo, visto que os movimentos reacionários que trouxeram este instrumento de financiamento inovador para Portugal não foram os mesmos que no Bangladesh, podemos inferir que a forma como o microcrédito foi aplicado nos dois países não é a mesma. A teoria crítica surge, assim, como uma lente das Relações Internacionais que procura explicar o porquê de o microcrédito ter surgido e de este, apesar de ser semelhante, ter sido aplicado num país desenvolvido de uma forma diferente daquela que é foi aplicada num país em desenvolvimento. Quer isto dizer que, segundo a teoria crítica, o microcrédito em Portugal foi aplicado para dar resposta às necessidades evidenciadas neste país, tal como o microcrédito no Bangladesh surgiu para dar resposta às necessidades evidenciadas nesse país.

Esta dissertação teve algumas limitações, nomeadamente a falta de tempo e a impossibilidade de analisar todas as informações existentes.

Em estudos posteriores seria interessante haver entrevistas com pessoas que intervenham diretamente na concessão de microcréditos, quer seja em bancos ou em organizações que ajudem as pessoas a ter estes créditos. Seria, também, interessante haver entrevistas com beneficiários de microcrédito, de forma a estudar um impacto real na vida destas pessoas.

Referências

AA. VV (1994) *Pobreza é com todos: mudanças possíveis (balanço de uma experiência – programa Pobreza 3*. Lisboa: Comissão das Comunidades Europeias

Abramovay, Ricardo (2004) *Laços Financeiros na Luta Contra a Pobreza*. São Paulo: Editora Annablume

Ackerly, Brooke (2000) *Political theory and feminist social criticism*. Cambridge: Cambridge University Press

Adams, Dale ; Fitchett, Delbert (1994) *Finance informelle dans les pays en développement*. Lyon: Presses universitaires de Lyon

Aghion, Beatriz; Morduch, Jonathan (2005) *The Economics of Microfinance*. Cambridge: MIT Press

Almeida João et al. (1992) *Exclusão Social: Fatores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Lisboa: Celta Editora

Almeida, João et al. (1992) A exclusão social – fatores e tipos de pobreza em Portugal. Oeiras: Celta Editora

Alves, Manuel (2009) *Microcredit in Portugal*. Em: Carboni, Barbara et al. (2010) *Handbook of microcredit in Europe: social inclusion through microenterprise development*. Edward Elgar Publishing

Anand, Sudhir; Morduch, Jonathan (1996) *Poverty and The Population Problem: Evidence from Bangladesh*. Cambridge: Harvard Institute for International Development Papers

Armendáriz, Beatriz; Morduch J. (2005) *The Economics of Microfinance*. The MIT press, Massachusetts Institute of Technology

Art.2o do DL no 12/2010.

Banerjee, Abhijit et al. (2014) *The miracle of microfinance? Evidence from a randomized evaluation*. Northwestern University Department of Economics. Disponível através do link: <https://economics.mit.edu/files/5993> (consultado a 10/05/2022)

- Barone, Francisco et al. (2002) *Introdução ao Microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária
- Barreto, António (1996) *Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Universidade de Lisboa
- Basso, Débora (2010) *Negócios sociais e inclusivos: o Nascimento de um novo setor na economia global*. Porto Alegre: UFRGS
- Birdsall, Nancy et al. (2001) *Demographic Transition and Poverty: Effects via Economic Growth, Distribution, and Conversion*. In: *Population Matters: Demographic Change, Economic Growth, and Poverty in the Developing World*. Oxford: Oxford University Press
- Blackwood, David; Lynch, Robert (1994) *The measurement of inequality and poverty: A policy maker's guide to the literature*. Oxford: World Development
- Bogdan, Robert; Biklen, Sari (1994) *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora
- Bruto da Costa, Alfredo (1998) *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva
- Bruto da Costa, Alfredo et al. (2008) *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Gradiva
- Caixa Geral de Depósitos (2022) *Como funciona o microcrédito?*. Disponível em: <https://www.cgd.pt/Site/Saldo-Positivo/o-banco-e-eu/Pages/microcredito-pequenos-negocios.aspx> (Acedido em 5 de junho de 2022)
- Campbell, Gregor (2010) *Microfinancing the Developing World: how small loans empower local economies and catalyse the neoliberalism's endgame*. Third World Quarterly
- Capucha, Luís (1994) *Le visible et l'invisible : modes de vie de la pauvreté au Portugal*. *Espaces et Sociétés*, nº79
- Capucha, Luís (2005) *Desafios da Pobreza*. Lisboa: Celta
- CGAP (2002) *Microfinance, grants, and non-financial responses to poverty reduction: where does microcredit fit?*. Washington DC: Consultative Group to Assist the Poorest Focus Note, nº 20.

Chemin, Matthieu (2007) *The benefits and costs microfinance: evidence from Bangladesh*. The journal of development studies, 463-484

Comunicação da Comissão COM (2007) 0708.

Comunidades Portuguesas (2020) *Relatório da Emigração 2020*. Lisboa: República Portuguesa

Costa, Fernando (2010) *Microcrédito no Brasil*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas

COX, Robert.W. (1977) *Labor and Hegemony*, International Organization. Cambridge: Cambridge University Press

Cozzarelli, Catherine et al. (2002) *Attitudes Toward the Poor and Attributions for Poverty*. Kansas: Journal of Social Issues

Crespo, António Pedro; Gurovitz, Elaine (2002) *A pobreza como um fenómeno multidimensional*. RAE eletrónica, vol 1, nº2

Diário da República (2021) *Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030*. disponível em <https://files.dre.pt/1s/2021/12/25100/0001900030.pdf>

Diogo, Fernando (1993) *Cultura da Pobreza: Uma abordagem crítica da teoria*. Açores: Universidade dos Açores

Diogo, Fernando (2021) *A pobreza em Portugal – Trajetos e quotidianos*. Lisboa: Estudos da Fundação

Dollar, David; Kraay, Aart (2002) *Growth is Good for the Poor*. Washington DC: World Bank

Dowla Asif; Alamgir, Hasanat (2003) *From microcredit to microfinance: evolution of savings products by MFIs in Bangladesh*. Journal of International Developments

Drugov, Mikhail; Macchiavelli, Rocco (2008) *Learning and microlending*. London: CEPR

Duarte, Jorge; Barros, António (2005) *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas

Duflo, Esther (2010) *La politique de l'autonomie. Lutter contre la pauvreté II*. Paris : Seuil

- Ehrlich, Paul R. (1968) *The Population Bomb*. United States: Sierra Club
- Esping-Andersen, Costa (1998) *A Sustentabilidade dos Estados-Providência no Séc.XXI*. Documento preparado para a Conferência realizada em Lisboa, em 8 de Maio de 1998.
- European Commission (2007) *The Regulation of Microcredit in Europe*. Expert Group Report
- Evers, Jan; Lahn, Stefanie (2006) *Promoting Microfinance: policy measures needed*. Hamburgo: Finance & The Common Good
- Feagin, Joe (1972) *Poverty: We Still Believe That God Helps Those Who Help Themselves*. Washington DC: Georgetown University
- Fernando, Diogo et al. (2021) *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Lisboa: Estudos da Fundação
- Forster, Sarah et al (2003) *The State of Microfinance in Central and Eastern Europe and the New Independent States*. Washington DC: CGAP Regional Reviews
- Fraser, Nancy; Honneth, Axel (2003) *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso
- Galbraith, John Kenneth (2006) *The position of Poverty*. Disponível em <https://professorall.files.wordpress.com/2013/02/galbraith-pos-of-pov.pdf>
- Galeotti, Anna (2010) *A política do desrespeito: fundamentos éticos da democracia*. Roma: Laterza
- Galliano, Renato (2003) *Social Economy Entrepreneurship and local development*. Milão: European Association of Development Agencies
- Giddens, Anthony (1981) *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Berkeley: University of California Press
- Giddens, Anthony; Sutton, Philip (2010) *Sociology: Introductory readings*. Cambridge: Polity Press
- Gonçalves, Flávio (2015) *Índice Multidimensional da Pobreza: as Dimensões da pobreza no DF e suas Políticas de Enfrentamento*. Brasília: Universidade Federal do Paraná, vol.1
- Grameen Bank (2020) *Annual Report 2020*

Greenwood, Ernest (1965). *Métodos de investigação empírica em Sociologia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Guérin, Isabelle et al. (2009) *Femmes et Microfinance : Espoirs et désillusions de l'expérience indienne*. Paris : Archives contemporaines.

Guérin, Isabelle et al. (2009) *Microfinance, endettement et surendettement. Une étude de cas en Inde du Sud*. Revue Tiers Monde n°197

Halman, Loek; van Oorschot, Wim (2000) *Blame or Fate, Individual or Social? An international comparison of popular explanations of poverty*. Tilburgo: European Societies

Haralambos, Michael; Heald, Robin (1980) *Sociology themes and perspectives*. Great Britain: Oxford University Press

Hermes, Niels; Lensink, Robert (2007) *The Empirics of Microfinance: What do we Know?*. Oxford: The Economic Journal, n°117

Hofmann, Elisabeth ; Marius-Gnanou, Kamala (2007) *Le microcrédit est-il le faux-nez du néolibéralisme?*. Bordeaux : Les Cahiers d'Outre-Mer, n°238

Hulme, David (2008) *The Story of the Grameen Bank: From Subsidised Microcredit to Market-based Microfinance*. Manchester: BWPI Working Paper n° 60, disponível em <https://hummedia.manchester.ac.uk/institutes/gdi/publications/workingpapers/bwpi/bwpi-wp-6008.pdf>

Hulme, David (2008) *The Story of the Grameen Bank: From Subsidised Microcredit to Market-based Microfinance*. Manchester: BWPI Working Paper n° 60

Instituto Nacional de Estatística (2020) *Desigualdade na distribuição de rendimentos*

Jayo Barbara et al. (2010) *Overview of the Microcredit Sector in the European Union 2008-2009*. Paris; EMN Working Paper n°6

Johnson, S., and B. Rogaly (1997) *Microfinance and Poverty Reduction*. Oxfam publication.

Klein, Juan.-Luis et al. (2009) *Social Entrepreneurs, Local Initiatives and Social Economy: Foundations for a Socially Innovative Strategy to Fight Against Poverty and Exclusion*. Canada: Canadian Regional Science Association

- Kono, Hisaki; Takahashi, Kazushi (2009) *Microfinance Revolution: Its Effects, Innovations, and Challenges*. Japão: Institute of Developing Economies
- Kreidl, Martin (2000) *Perceptions of Poverty and Wealth in Western and Post-Communist Countries*. Praga: Social Justice Research
- Lauer, Robert (1976) *Defining Social Problems: Public and Professional Perspectives*. Edwardsville: Oxford University Press
- Leite, Emanuel (2000) *O fenómeno do empreendedorismo: criando riquezas*. Recife: Bagaço
- Lelart, Michel (1990) *La tontine : pratique informelle d'épargne et de crédit dans les pays en voie de développement*. London :Editions John Libbey Eurotext
- Lelart, Michel (2005) *De la finance informelle à la microfinance*. Agence universitaire de la Francophonie
- Lelart, Michel (2006) *De la finance informelle à la microfinance*. France : Éd. des archives contemporaines, Agence universitaire de la Francophonie
- Li, Yue; Nkansah, Shadrack (2005) *Internationalization Process of two Swedish Firms*. Sweden: Linköping University
- Lister, Ruth (2004) *Poverty*. Cambridge: Polity Press
- Lourenço, Maria (2005) *Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal - Uma Análise de Políticas Sociais na Relação com a Pobreza, in Direção-Geral da Segurança Social*. Lisboa: Direção Geral da Segurança Social
- Malthus, Thomas Robert (1798) *An Essay on the Principle of Population*. London: Electronic Scholarly Publishing Project
- Manos, Maria Geovania (2006) *Sistema Financeiro e Desenvolvimento Económico: O Papel do Microcrédito*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros
- Marconi, Marina; Lakatos, Eva (2002). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas

- Martins, José Carlos (2008) *Investigação em Enfermagem: alguns apontamentos sobre a dimensão ética*. Coimbra: Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem
- Mateus, Augusto (1985) 25 de abril, transição política e crise económica: que desafios dez anos depois?. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº15
- Matos, Madalena et al. (1985) *A Pobreza em Portugal*. Lisboa: Cáritas Portuguesa
- Mendes, Américo et al. (2007) *Estudo de avaliação do sistema de microcrédito em Portugal*. Lisboa: Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada, Faculdade de Economia e Gestão, Universidade Católica Portuguesa.
- Mendes, Américo et al. (2007) *Estudo de avaliação do sistema do microcrédito em Portugal*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa
- Mendes, Pedro (2019) *As Teorias Principais das Relações Internacionais – Uma avaliação do Progresso da Disciplina*. Lisboa: Instituto Português de Relações Internacionais
- Mersland, Roy (2009) The Cost of Ownership in Microfinance Organizations. Kristiansand: World Development Vol. 37, Nº 2
- Milana, Carlo; Ashta, Arvind. (2012) *Developing Microfinance: A Survey of the Literature*. London: Strategic Change
- Millennium BCP (2022) *Microcrédito: Quais as condições?*. Disponível em: <http://ind.millenniumbcp.pt/pt/Particulares/Credit/Pages/Microcredito/Microcredito.aspx> [Acedido em 5 de junho de 2022].
- Mosley, Paul; Hulme, David (1996) *Finance against Poverty*. New York: Routledge
- Morón, V. (2013) *The Microfinance sector in the Mediterranean Europe*. Undergraduate. Universidad Complutense de Madrid.
- Narayan, Deepa et al. (2000) *Voices of the poor: can anyone hear us?*. Oxford: Oxford University Press
- Niemelä, Mikko (2008) *Perceptions of the Causes of Poverty in Finland*. Helsinquia: Kela
- Nissanke, Machiko; Thorbecke, Erik (2007) *Linking Globalization to Poverty*. New York: United Nations University

Nobel Prize (2019), disponível em: <https://www.nobelprize.org/prizes/lists/all-nobel-peace-prizes> (Consultado a 10/05/2022)

Olivares, Mário; Santos, Sofia (2009) *Market solutions in poverty: the role of microcredit in development countries with financial restrictions*. Lisboa : ISEG-DE

Oliveira, Rui (2021) *Mais de 1,6 milhões de portugueses são pobres e vivem com menos de 540 euros por mês*. Diário de Notícias. Disponível em <https://www.dn.pt/sociedade/mais-de-16-milhoes-de-portugueses-sao-pobres-e-vivem-com-menos-de-540-euros-por-mes-14228327.html> (consultado a 20/05/2022)

Peemans-Poullet, Hedwige (2001) *La miniaturisation de l'endettement des pays pauvres passe par les femmes*. Graduate Institute Publications

Peralta, Susana et al. (2021) *Portugal, Balanço Social 2020: um retrato do país e dos efeitos da pandemia*. Lisboa: Nova SBE

Pereirinha, José António et al. (2008) *Género e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Pinzani, Alessandro (2012) *Critical theory and social justice*. Porto Alegre: Civitas, v.12, nº1

Ponte, João Pedro (2006) *Estudos de caso em educação matemática*. Lisboa: Centro de Investigação em Educação e Departamento de Educação – FCUL

Quivy, Raymond; Campenhoudt, LucVan (1998) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva

Ray, Debraj (1998) *Development Economics*. New Jersey: Princeton University Press

Rein, Martin (1970) *Social Policy: Issues of Choice and Change*. New York: University of Michigan

Renault, Emmanuel (2004) *L'expérience de l'injustice : reconnaissance et clinique de l'injustice*. Paris: La Découverte

Reutter, Linda et al. (2009) *“Who do they think we are, anyway?”: Perceptions of and Responses to Poverty Stigma*. Canada: Université de Toronto

- Robinson, Marguerite (2001) *The Microfinance Revolution: Sustainable Finance for the Poor*. Washington DC: World Bank
- Roodman, David; Qureshi, Uzma (2006) *Microfinance as business*. London: Center for Global Development
- Sen, Amartya (1977) *The Poverty of Welfarism*. Cambridge: Economic Review
- Sen, Amartya (1997) *From Income Inequality to Economic Inequality*. Cambridge: Southern Economic Journal
- Sen, Amartya (2007) *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA
- Servet, Jean-Michel (2009) *Responsabilité sociale versus performances sociales en Microfinance*. Paris : Revue Tiers-Monde, n° 197
- Sousa, Maria José; Baptista, Cristina (2011) *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor, Lda.
- Sposto, Alexandra, et al. (2011) *A utilização do microcrédito no desenvolvimento sustentável*. Altamira: UNIESSA
- Walzer, Michael (1987) *Intepretation and social criticism*. Cambridge: Harvard University Press
- Wemans Jorge; Veloso, Joana (1998) *Sete teses a favor do micro-crédito em Portugal*. Lisboa: ANDC
- Wesche, Tilo (2009) *Was ist Kritik?*. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- Wimmer, Roger; Dominick, Joseph (1996) *La investigación científica de los medios de comunicación: una introducción a sus métodos*. Barcelona: J.M. Bosch Editor
- World Bank; International Monetary Fund (2004) *Global Monitoring Report 2004: Policies and Actions for Achieving the Millennium Development Goals and Related Outcomes*. Washington DC: World Bank.
- Yin, Robert (2014) *Case Study Research: Design and Methods*. Thousand Oaks: Sage Publications

Yunus, Muhamad (1997) *Vers un monde sans pauvreté*. Paris: Éd. Jean Claude Lattès

Yunus, Muhamad (1999) *Banker to the Poor*. New York: The New York Times

Yunus, Muhamad (2007) *Creating a World Without Poverty: Social Business and the Future of Capitalism*. New York: Global Urban Development